



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI

MESTRANDO: VALTER DE CARVALHO CLAUDIO

ORIENTADORA:
PROFESSORA DOUTORA SANDRA MARIA RODRIGUES BALÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LISBOA
2016

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

A Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI

VALTER DE CARVALHO CLAUDIO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Júri

PRESIDENTE: PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO DE SOUSA LARA

VOGAL: PROFESSORA DOUTORA SANDRA MARIA RODRIGUES BALÃO

VOGAL: PROFESSORA DOUTORA TERESA DE ALMEIDA E SILVA

LISBOA

2016

Aos meus avós paternos, a quem tudo devo...

Agradecimentos

Esta é a parte do trabalho em que agradecemos, tentando não esquecer ninguém, às pessoas que de alguma forma nos ajudaram a concluir uma etapa marcante das nossas vidas, e que de uma forma ou de outra foram importantes para que conseguíssemos atingir mais um objetivo importante e uma experiência enriquecedora durante esta nossa caminhada na terra.

Começo então por agradecer a paciência e o encorajamento que me foi dado pela minha esposa, sem esquecer de me desculpar pela minha ausência tanto a ela como à nossa filha, que começa a reclamar um “explicador” para as suas matérias escolares.

Agradeço também a paciência, a frontalidade e a persistência da minha Orientadora, Professora Doutora Sandra Balão, que se mostrou sempre disponível para as sucessivas revisões, comentários e crítica construtiva e realista de forma a realmente orientar os esforços para a prossecução desta Dissertação.

Gostaria igualmente de agradecer aos professores do ISCSP que durante estes anos de estudo e trabalho me transmitiram os seus conhecimentos e sempre se mostraram disponíveis para o esclarecimento de dúvidas e questões.

Quero aqui demonstrar também o meu agradecimento ao meu colega e amigo, Mestre Paulo Rego, por ter sido o “incitador” no bom sentido da palavra, por me ter encorajado e ter servido de exemplo a seguir.

Por último, e não menos importante, quero expressar o meu agradecimento à EuroDefense-Portugal e ao Instituto da Defesa Nacional (IDN) por me terem permitido crescer como profissional.

A todos muito Obrigado!

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo estudar a Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI e discutir as linhas de força da Política Externa do Canadá em articulação com as principais disputas existentes na região do Ártico em que está envolvido. É um estudo de natureza qualitativa assumindo a metodologia de estudo de caso conjugando a Estratégia, as Relações Internacionais e a Ciência Política.

Alterações climáticas, maior acessibilidade a rotas marítimas e recursos naturais, disputas fronteiriças, povos nativos, investimento no reforço de capacidades militares para operações na região e exercícios militares para a defesa da soberania. Todos estes fatores têm feito do Ártico um assunto emergente alimentando debates sobre o seu futuro, de paz e cooperação ou de conflito e competição entre os vários atores, imprimindo uma nova dinâmica a esta região. Uma região que, fruto das mais-valias que pode proporcionar através da exploração de recursos, assume enorme importância nas economias regionais, com impactos nas populações. O Canadá é um dos poderes predominantes nesta região com uma Estratégia para o seu “Norte” e região do Ártico. Um olhar sobre a Política Externa e a Estratégia do Canadá para o Ártico no século XXI, a influência dos vários fatores mencionados sobre o comportamento deste Estado a nível interno e externo, nesta região do globo que constituiu no passado uma zona de apreciação de poder entre superpotências e que atualmente é objeto de atenções não só dos Estados do Ártico como de Estados extra Ártico tendo-se tornado ao mesmo tempo um palco de disputas e conflitos latentes.

Palavras-chave: Ártico, Alterações Climáticas, Política Externa, Estratégia, Canadá.

Abstract

This study's main goal is to study Canada's Foreign Policy for the Arctic in the 21st Century and discuss the main directions of its Foreign Policy in articulation among the existing disputes in the arctic region it's involved in. This is a qualitative study, methodologically a case study that combines Strategy, International Relations and Political Science. Climate changes, bigger accessibility to maritime routes and natural resources, boundary disputes, native peoples, investments in the reinforcement of military capabilities for operations in the region and military exercises to defend sovereignty. All of these factors have made the Arctic an emerging topic fueling debates over its future, of peace and cooperation or conflict and competition between the actors, giving a new dynamics to this region. A region that, given the value it can add through resource extraction, has a great effect on regional economies with impact on local populations, Canada is one of the predominant powers in this region with a Strategy for its North and the Arctic region. A look over Canada's Foreign Policy and Strategy for the Arctic in the 21st century, the influence of various factors mentioned before over the behaviour of this State internally and externally, in a region of the globe that has been a region of appraisal between superpowers and nowadays is subject not only to the attention of the Arctic States but also from non-Arctic States and at the same time has become a region of various disputes.

Keywords: Arctic, Climate Change, Foreign Policy, Strategy, Canada.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Contextualização	1
a. Âmbito.....	3
b. Motivação e pertinência.....	4
2. Enquadramento Epistemológico	4
a. Objetivos de investigação.....	7
b. Concetualização operacional.....	7
Enquadramento Metodológico	9
1. Pergunta de partida	12
Capítulo I - A Região do Ártico	14
1. Alterações climáticas.....	14
2. Disputas no Ártico.....	17
3. Povos nativos.....	24
Capítulo II - O Ártico e as Organizações Internacionais.....	31
1. Atores individuais.....	31
2. Atores coletivos.....	33
Capítulo III - O Ártico e o Canadá	37
1. Os Fundamentos: uma perspetiva histórico-evolutiva.....	37
2. O Interesse Nacional, interpretação e debate	40
Capítulo IV - O Canadá e a Política Externa para o Ártico no século XXI	45
1. Ideologia Política	45
2. Os meios	45
3. Os fundamentos	47
4. Os Instrumentos	49
a. Estratégias para o Ártico.....	49
b. Estratégia de Defesa do Canadá.....	51
Conclusão.....	55
Bibliografia	59
1. Fontes literárias	59
2. Internet e outras fontes digitais.....	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Delimitações do Ártico	2
Figura 2 - Alterações da massa de gelo no Ártico entre 1979 e 2007	16
Figura 3 - Territórios reivindicados pelos Estados Árticos	17
Figura 4 - A UNCLOS e disputas no Ártico.....	20
Figura 5 - Zonas de atividade marítima no Ártico	21
Figura 6 - Rotas de transporte marítimo no Ártico.....	22
Figura 7 - Fronteiras marítimas no Ártico.....	23
Figura 8 - Centros populacionais nativos no norte do Canadá.....	24
Figura 9 - Acordos entre os povos nativos e o Governo Canadano.....	26
Figura 10 - Áreas administrativas na região do Ártico	27
Figura 11 - Distribuição dos povos nativos no Ártico.....	28
Figura 12 - Famílias linguísticas dos povos nativos.....	29
Figura 13 - Habitantes na região do Ártico por Estado.....	30
Figura 14 - Quadro resumo dos interesses e ações a desenvolver pelos Estados do Ártico	31
Figura 15 - Áreas de responsabilidade em operações de busca e salvamento	35
Figura 16 - Organizações Internacionais de cooperação no Ártico	36
Figura 17 - Divisão administrativa do Canadá	38
Figura 18 - Indicadores demográficos do Canadá.....	41
Figura 19 - Motivos de orgulho para os Canadianos.....	42
Figura 20 - Hino do Canadá	48
Figura 21 - Previsão de gastos com a defesa de 2008 a 2028.....	53
Figura 22 - Resumo da Estratégia das Forças Armadas Canadianas	54
Figura 23 - Localização de aquartelamentos das Forças Armadas Canadianas	54

Lista de acrónimos

AC	Arctic Council
ACIA	Arctic Climate Impact Assessment
AE	Arctic Economics
AEPS	Arctic Environmental Protection Strategy
AI	Arctic Institute
AMAP	Arctic Monitoring and Assessment Programme
AP	Arctic Portal
CA	Conselho do Ártico
CARC	Canadian Arctic Resources Committee
CG	Canadian Geographic
CGDM	Convenções de Genebra sobre o Direito do Mar
CIA	Central Intelligence Agency
CLCS	Commission on the Limits of the Continental Shelf
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DI	Direito Internacional
EEZ	Exclusive Economic Zone
EUA	Estados Unidos da América
ICJ	International Court of Justice
IISS	International Institute for Strategic Studies
IMO	International Maritime Organization
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
ISA	International Seabed Authority
MFARF	Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NM	Nautical Mile
NMFA	Norwegian Ministry of Foreign Affairs
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration

NSIDC	National Snow and Ice Data Center
NSR	Northern Sea Route
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Plataforma Continental
PE	Parlamento Europeu
RI	Relações Internacionais
SAR	Search and Rescue
SEAE	Serviço Europeu de Ação Externa
SI	Sistema Internacional
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
UN	United Nations
UNCLOS	United Nations Convention on the Law of the Sea
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America
USGS	United States Geological Survey
WEF	World Economic Forum
WMO	World Meteorological Organization
ZEE	Zona Económica Exclusiv

Introdução

A escolha deste objeto deve-se ao interesse pelo estudo da influência que o Ártico tem na Política e nas Relações Internacionais contemporâneas, nomeadamente nas relações entre os Estados litorais do Ártico, assim como no seio das Organizações Internacionais a que esses Estados pertencem, bem como da comunidade internacional. Desta forma *“...num contexto global em que o paradigma teórico parece apontar no sentido da aposta, pelo menos formal, no multilateralismo e em que, por isso mesmo, as Organizações Internacionais (OI) em geral tendem a assumir uma relevância cada vez mais significativa, o problema das relações entre estas OI e, sobretudo, entre estas e os Estados que partilham fronteiras com o Ártico merecem uma atenção renovada.”* (Balão, 2012:169). Sendo o Canadá um dos Estados litorais do Ártico com interesses vários nesta região que tem vindo a ser afetada pelas alterações climáticas, procura-se conhecer a sua política externa para o Ártico durante o século XXI e, simultaneamente, perceber como esta tem sido afetada em função dos desafios resultantes das referidas alterações.

Esta dissertação propõe-se, desta forma, estudar a Política Externa deste Estado para a região ártica de modo a discutir como o degelo e as alterações climáticas têm influenciado a sua posição na e para região.

1. Contextualização

Ao longo das últimas décadas as alterações climáticas têm afetado todo o planeta, mas o Ártico em particular, na medida em que a subida das temperaturas parece registar naquela região uma tendência para se acentuar quando comparada com a que se verifica noutras zonas e regiões do mundo, dando origem ao sério potencial da abertura de novas rotas marítimas e expondo recursos naturais que anteriormente eram de difícil acesso, aumentando desta forma as atividades e as atenções voltadas para a região, para além de contribuir, igualmente, para o aumento do potencial de criar novas tensões entre os Estados com interesses na região. A região do Ártico é classificada segundo vários critérios, de entre os mais considerados está a delimitação do Círculo Polar através da latitude 66°33'44" N, outra das formas de classificação é a linha isotérmica dos 10°C

que é atingida no mês de julho, um outro critério de classificação é a “Linha das Árvores”, linha a norte da qual não existem árvores devido ao *permafrost* não permitir o crescimento das raízes destas. Além das acima mencionadas existem definições ligadas aos habitantes indígenas destas latitudes considerando que a região polar é onde habitam os povos indígenas (European Parliament, 2012:4).

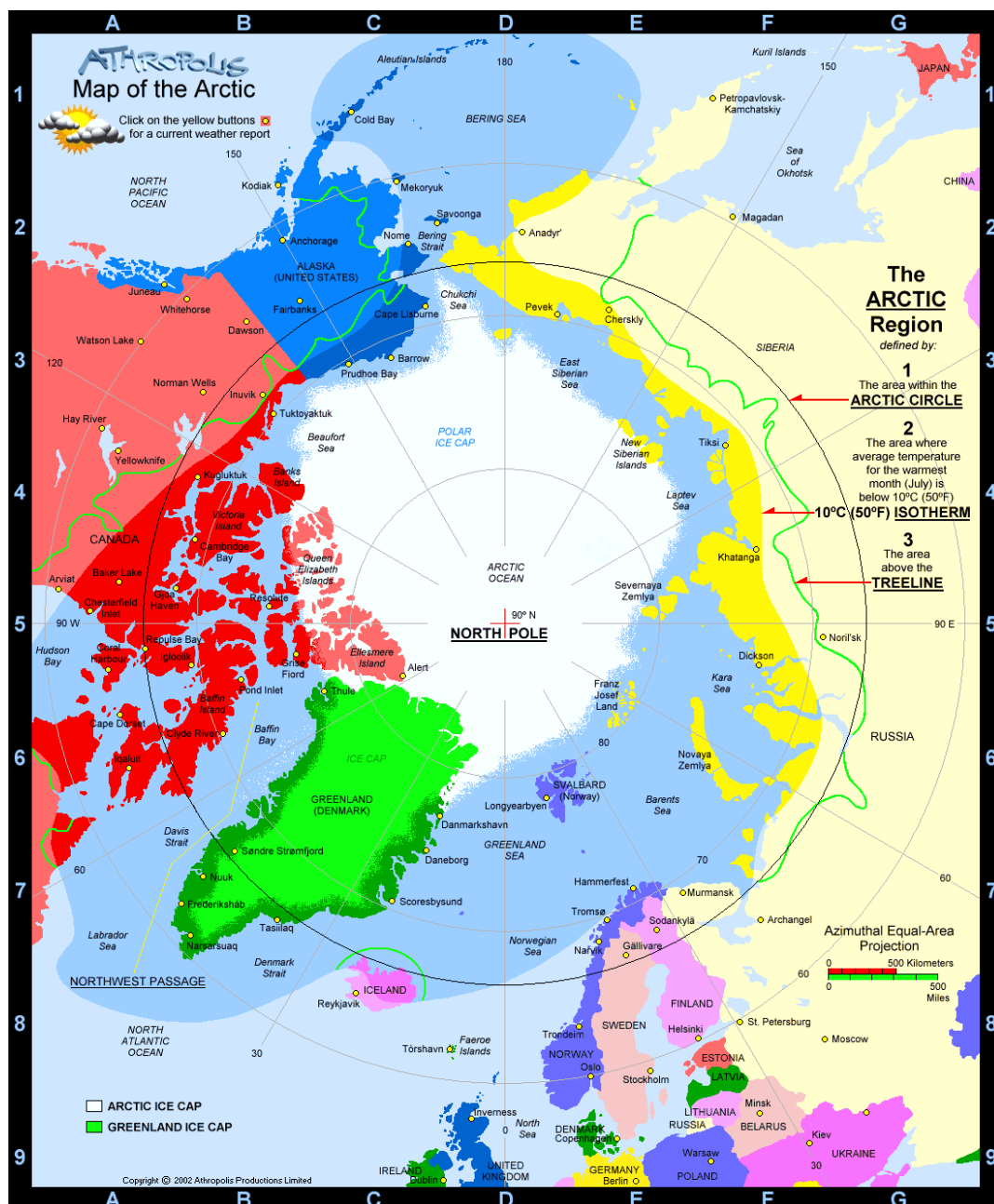


Figura 1 - Delimitações do Ártico

Fonte: (Athropolis, 2016).

Assim, novas políticas foram criadas para atender a essa nova realidade ambiental e política, seguindo Estratégias que visam uma melhor relação com os vizinhos e, ao

mesmo tempo, propondo diretrizes para a exploração de recursos de maneira menos danosa para o meio ambiente e garantindo também a integração dos povos indígenas nas políticas regionais. A garantia do exercício da soberania é considerada, em qualquer caso, uma prioridade nas Estratégias de todos os Estados da região, nomeadamente o Canadá, a Rússia, os Estados Unidos, a Noruega, a Dinamarca, a Islândia, a Finlândia e a Suécia. Atualmente, os Estados litorais do Ártico (Canadá, Rússia, Estados Unidos, Dinamarca e Noruega) defendem, no espírito da Declaração de Ilulissat, que as disputas territoriais atuais, e as que se perspetivam com a extensão das plataformas continentais, “...devem ser resolvidas à luz do Direito Internacional, para que se mantenha um ambiente estável e pacífico na região...” (Ilulissat Declaration, 2008). Deste modo, no que concerne à soberania e à segurança, aqueles Estados têm mantido relações de cooperação e acomodação, conduzindo os processos negociais no respeito pelos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UN, 1982), pelo que se pode perspetivar que se mantenha o primado da utilização de metodologia não coerciva na resolução de disputas, considerando a preservação dos ecossistemas um dos objetivos estratégicos a concretizar, integrado no conceito mais vasto de segurança ambiental, apesar de até à data os Estados Unidos não terem procedido à ratificação daquele documento, possivelmente numa ótica hegemónica e centrada como equacionado por Barry Buzan, “*If regional security means ‘the rest of the world as seen from here’, ‘here’ is not a region.*” (Buzan e Weaver 2003: 268).

A cooperação internacional, de um modo geral, bem como as Organizações no seio das quais a mesma se pode efetivar, encontram-se presentes em todas as Estratégias, merecendo realce o papel do Conselho do Ártico, sendo considerado por todos os Estados litorais como o principal fórum para promover o diálogo e a cooperação a nível multilateral. Outras Organizações Internacionais mencionadas são a Organização das Nações Unidas (ONU), referindo-se a importância da CNUDM nos processos de extensão das plataformas continentais.

a. Âmbito

A presente Dissertação de Mestrado é um trabalho de investigação académica realizado na área científica das Relações Internacionais com vista à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, assente na prévia frequência do curso de Mestrado com a

mesma designação, realizado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

b. Motivação e pertinência

“Apesar de não ser, em si mesmo, um assunto “novo”, o Ártico é hoje um assunto de interesse global... [porque] ...Novas e mais curtas rotas de navegação nas águas polares abrir-se-ão para o transporte marítimo entre a Ásia e a Europa/América do Norte devido às alterações climáticas. As rápidas transformações colocam-nos diante de muitos desafios e possibilidades na gestão dos assuntos de interesse global.” (Balão, 2012: 169).

“O Ártico reemergiu na cena política global do século XXI como um assunto de marcada importância política...” (Balão, 2015: 39). Esta região revela assim a sua importância e influência ao nível das Estratégias dos Estados árticos em particular, bem como no contexto das Relações Internacionais, em geral.

A nível pessoal, a motivação surge suscitada pela busca do conhecimento sobre uma temática inovadora e atual mas, também pela afinidade com o Estado e com a região. Ao nível profissional, é de interesse o estudo sobre questões ligadas com a segurança e a defesa, procurando assim conjugar o interesse pessoal e profissional tendo em vista contribuir para um acréscimo de conhecimento sobre o objeto de estudo em questão.

2. Enquadramento Epistemológico

“A Revisão da Literatura destina-se a reunir informação sobre a investigação empírica realizada em áreas próximas daquela que está a ser investigada.” (Azevedo, 2009: 18), assim como conhecer o *statu quo* da problematização e produção científica sobre as questões relacionadas com a geopolítica, geoestratégia e política internacional no e do Ártico em geral, e do Canadá em particular - no âmbito da investigação que nos propomos desenvolver. Assim, depois de ter merecido da parte de Sir Halford Mackinder (1861-1947), um dos mais expressivos nomes da Teoria Geopolítica Clássica, o estatuto de *desperdício polar* (1943) e de ter obtido mais tarde, o reconhecimento da sua relevância (1942, 1944) pela mão de Alexander de Seversky (1894-1974) e de Nicholas Spykman (1893-1943), o Ártico no século XXI tem-se

tornado um dos centros das atenções da comunidade internacional devido às alterações climáticas e às alterações por elas provocadas quer ao nível do relacionamento entre os Estados do Ártico, quer destes com a comunidade internacional no seio de várias Organizações Regionais e Internacionais.

“...O facto é que parecem não subsistir dúvidas de que as alterações climáticas que se registam à escala global catapultaram a região ártica para o centro da geopolítica: o degelo ártico apresenta-se, assim, como o factor responsável pela transformação de uma região de interesse fundamentalmente científico numa outra, para onde parecem convergir preocupações comerciais, de segurança nacional (mas também internacional) e ambiental, todas elas com profundas implicações...” (Balão, 2015: 39). Deste modo, interessa então analisar como é que o Canadá tem reagido às alterações climáticas e suas consequências, assim como as respetivas políticas para o Ártico, seguindo uma linha de análise que se enquadra numa perspetiva neo-realista. De acordo com a Professora Sandra Balão, o Ártico reemergiu como assunto de elevada importância *“...política, em larga medida devido à abundância de recursos energéticos e minerais que lhe é reconhecida. À medida que as alterações climáticas tornam aquela região do globo mais acessível...”* (Balão, 2015: 39), *“...para onde parecem convergir preocupações comerciais, de segurança nacional (mas também internacional) e ambiental, todas elas com profundas implicações nos sistemas político e legal internacionais...”* (Balão, 2015: 39). Segundo Peter Hough *“...a teoria realista das Relações Internacionais foi desenvolvida sob a assunção de que as Organizações Internacionais não tem grande utilidade na prossecução da paz e da ordem mundial...”* (Hough, 2013: 110) e, de acordo com o mesmo autor *“...os neo-realistas notaram que as Organizações Internacionais que surgiram após a segunda guerra mundial, serviram como meio de projeção do poder e influência americana reforçando a sua hegemonia...”* (Hough, 2013: 111). Devemos ter também presente *“...em caso de dúvida, a presença constante e relevância a ela associada, do segredo nos assuntos do Estado. Desde os primórdios da história que se sabe que o segredo está no núcleo mais interno do poder e por isso, aquele que governa sabe qual o caminho a percorrer para alcançar cada objectivo que define, assim como qual ou quais dos seus colaboradores comprometer na utilização dos meios para alcançar os fins que se propõe.”* (Balão, 2012: 170). A nível internacional há autores incontornáveis, tais como, Peter Hough com o seu livro *“International Politics of the Arctic: Coming in from the cold”*, Lassi Heininen *“Arctic Strategies and Policies: Inventory and Comparative Study”*, Frédéric Lasserre *“Les détroits arctiques canadiens et russes: souveraineté et développement de*

nouvelles routes maritimes”, Rob Huebert “*The Newly Emerging Arctic Security Environment*”, entre outros. A nível nacional existem também fontes sobre esta temática, nomeadamente livros, artigos, capítulos de livros publicados assim como teses de Doutoramento e de Mestrado que versam sobre esta matéria, destacando-se autores como Sandra Balão, João Leal, Rúben Pereira ou Ana Baptista. Na sua Dissertação de Mestrado, Ana Baptista refere que “*A região do Ártico, em pleno século XXI, é um ponto de referência na esfera mundial, enquanto faixa onde confluem interesses estratégicos de diversos atores: estados e organizações.*” (Baptista, 2015: 1). Eduardo Ferrão, por sua vez, refere que “*...O Ártico está em profunda transformação devido ao degelo provocado pelas alterações climáticas, o que permitirá a abertura das rotas marítimas árticas por períodos de tempo mais alargados e facilitará o acesso às reservas de recursos naturais. Esta realidade colocará desafios aos Estados Ribeirinhos (ER) referentes à definição das suas fronteiras marítimas, aos regimes de navegação e ao desenvolvimento sustentável da região.*” (Ferrão, 2014: 1). Sandra Balão refere também que “*...os interesses geopolíticos e geoestratégicos dos diversos actores da cena política internacional têm vindo a convergir para aquela zona do globo.*” (Balão, 2010: 5). Já João Leal na sua Tese refere “*...Em 9 de julho de 2007, o 1.º Ministro do Canadá, Stephen Harper, referiu que a descoberta em curso dos ricos recursos do norte – associados ao impacto potencial das alterações climáticas – fizeram da região uma área de crescente interesse e preocupação. O Canadá tem uma escolha a fazer quando está em causa a defesa da nossa soberania no Ártico. Ou a usamos, ou perdemo-la. E não tenham dúvidas, este Governo tem intenção de a usar. A afirmação supracitada fazia-nos antever que a estratégia do Canadá para o Ártico, quando elaborada, seria incisiva e ambiciosa.*” (Leal, 2012: 391). O mesmo autor refere também que “*As alterações climáticas têm feito crescer rapidamente o interesse de outros atores pelo Ártico, razão pela qual o Canadá sentiu a necessidade de desenvolver uma Estratégia que lhe possibilitasse assumir um papel de liderança na região, com vista a garantir a estabilidade e desenvolvimento da mesma, condições que reputa de fundamentais para a salvaguarda dos seus interesses e valores.*” (Leal, 2012: 391).

Tendo em vista os objetivos enunciados anteriormente, esta Dissertação divide-se em quatro partes: Introdução, Enquadramento Epistemológico, Enquadramento Metodológico e quatro capítulos: A Região do Ártico; Ártico e as Organizações Internacionais; o Ártico e o Canadá; O Canadá e a Política Externa para o Ártico no século XXI. Finalmente, apresentamos a Conclusão, seguida da bibliografia, estando as

várias partes interrelacionadas através de uma linha orientadora com derivações, a pergunta de partida e hipóteses.

a. Objetivos de investigação

Este trabalho tem como objetivos:

- Analisar a Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI.
- Discutir as linhas de força da Política Externa do Canadá em articulação com as principais disputas existentes na região do Ártico em que está envolvido.

b. Concetualização operacional

É necessário operacionalizar alguns conceitos chave utilizados ao longo desta dissertação. O conceito de **Estratégia** nasceu no domínio militar e referia-se à ação do comandantes militares na preparação e condução das guerras, não sendo um conceito consensual e que tem evoluído ao longo dos tempos e extravasado para outros domínios, “...o emprego generalizado do termo *estratégia*, quer no âmbito militar, quer no civil, pode levar à conclusão de que se trata de uma designação de significado incontroverso. Tal não é, porém, o caso...” (Couto, 1988: 195). Segundo o mesmo autor o conceito de Estratégia divide-se em: Estratégia total, Estratégia geral e Estratégias particulares. “Hoje em dia o modo de Estratégia dominante é o indirecto, em que a finalidade última é a mesma, a manutenção, conquista ou aumento do poder.” (Couto, 1988: 359). Já para o Professor Marques Bessa é “... a planificação a longo prazo da utilização dos instrumentos e recursos disponíveis para a acção tendente a alcançar objectivos previamente fixados [...] tem uma aplicação crescente na esfera do político.” (1979: 136). Para Pezarat Correia, a Estratégia atua como instrumento da Política, sendo esta a definir os objectivos, afirmando que “...Só se pode considerar que se está no campo da estratégia, seja da conceptualização estratégica, do planeamento estratégico ou da acção estratégica quando os objectivos a atingir tenham sido definidos pela Política.” (Correia, 2002: 26). De forma sintética “A política dita os fins e os objetivos, a estratégia responde a esses objetivos encarnando fins intermédios e efectivando os objetivos...” (Nogueira, 2005: 61), sendo importante neste estudo para melhor podermos entender como respondeu a uma nova Política Externa, e o que mudou em função desta.

Em face do que atrás ficou dito, o conceito de Estratégia é por nós utilizado para nos referirmos à planificação a longo prazo da utilização de instrumentos e recursos disponíveis, definida pela Política e com a finalidade de manutenção, conquista ou aumento de poder.

Em relação ao conceito de **Política Externa**, a ela compete a defesa dos interesses do Estado e da comunidade nacional perante a realidade internacional, “*A política externa trata dos interesses do Estado em relação à comunidade internacional.*” (Gomes, 1990: 57), “... *A determinação, em cada momento, dos objectivos e interesses dum Estado, é influenciada por factores internos - históricos, culturais, o sistema político, a situação económica, etc. - e externos - como sejam a conjuntura internacional, a situação geográfica e as políticas dos vizinhos, as influências de palas ou centros de poder, ainda que distantes, etc. Alguns destes factores, tanto internos como externos, são mais ou menos permanentes no condicionamento dum Estado, enquanto outros são mais episódicos ou contingentes, como os que se referem à personalidade dos dirigentes políticos, ao programa de um determinado partido ou às carências da máquina administrativa.*” (Gomes, 1990: 63). “*A política externa pode dizer-se que é a actividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar objectivos que lhe são próprios. É óbvio que quanto mais força política, económica e militar tiver um Estado, mais eficaz poderá ser a sua política externa.*” (Gomes, 1990: 55). “*Compete à política externa a defesa dos interesses do Estado e da comunidade nacional perante esta realidade internacional.*” (Gomes, 1990: 55). Mais que uma teoria, a política externa é uma ferramenta alargada ao elenco de atores intervenientes na política internacional. Entendemos, assim, a Política Externa como a atividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional com vista à prossecução e concretização dos objetivos desse mesmo Estado.

Em relação ao conceito de **Interesse Nacional** apesar de ser utilizado há muito tempo como um guia para orientar a Política Externa dos Estados, tem diferentes definições na literatura das Relações Internacionais. Assim, o investigador deve salientar e diferenciar o seu uso, seja como ferramenta analítica ou como instrumento de ação política. O Interesse Nacional apresenta uma dimensão permanente, que se mantém invariável ao longo dos anos, e outra conjuntural, que vigora num determinado contexto. Segundo Severiano Teixeira “... *ao nível político, é um instrumento de acção estratégica do Estado; ao nível teórico, é um instrumento analítico da ciência política e da teoria das relações internacionais. No primeiro caso, o «interesse nacional» constitui-se como o*

elemento estruturante para a formulação dos objetivos nacionais e como um instrumento de acção política e estratégica para a acção externa do Estado. No segundo caso, o «interesse nacional» é um conceito analítico, um instrumento teórico e operatório na teoria das relações internacionais, em particular na Análise da Política Externa.” (Teixeira, 2000: 117-118). Segundo Sousa Lara “ *Uma boa parte do interesse nacional é definida pelo processo histórico. «...» O interesse nacional decorre da História, das suas lições concretas, das suas tradições, dos seus registos, das vitórias e das derrotas, da vontade secularmente demonstrada. Também depende das gerações que no presente administram a Pátria sem a possuir.* ” (Lara, 2009: 130). Entendemos assim o Interesse Nacional como um elemento de ação estratégica do Estado, estruturante para a formulação de objetivos nacionais. Um instrumento para a prossecução dos objetivos de um Estado que decorre da História bem como das gerações que presentemente administram a Pátria com a missão de atingir esses mesmos objetivos no plano interno e externo, no curto, no médio e no longo prazo, tendo por base as relações entre os atores das Relações Internacionais. Convém, também, salientar que no âmbito desta investigação, consideramos essas relações numa perspetiva neo-realista das Relações Internacionais na medida em que no âmbito do nosso objeto de estudo não podemos limitar-nos a considerar apenas os Estados como atores das Relações Internacionais. As Organizações Internacionais (numa perspetiva multinível ou multi-escala) também são consideradas, visto que apesar de não existir uma autoridade central no sistema internacional, os Estados, ao pertencerem a Organizações Internacionais com regras implícitas ou explícitas, tendem a adotar comportamentos convergentes com os demais, por oposição à teoria realista que segundo Peter Hough “ *...foi desenvolvida sob a assunção de que as Organizações Internacionais não tem grande utilidade na prossecução da paz e da ordem mundial...* ” (Hough, 2013: 110).

Enquadramento Metodológico

"A distinção entre método e metodologia torna-se importante tanto quanto o âmbito de ambas deve ser confinado de modo a melhor operacionalizar princípios, pressupostos e problemas basilares de investigação. O método procura traduzir uma conceção global de planeamento de uma investigação que compreende, em primeiro lugar, um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação, incluindo a definição e operacionalização de

conceitos e a formulação de hipóteses. A noção de método deve incluir também, em segundo lugar, o planeamento e concretização de uma ou mais técnicas e procedimentos. A metodologia em ciências sociais corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas válidas e validadas permanentemente, métodos aqueles que devem ser planeados e apropriados aos objetos de análise de cada disciplina, em ordem à revisão permanente e crítica do conhecimento científico.” (Santo, 2015: 13). Neste estudo optámos pelo método dedutivo por “...permitir que partamos do geral para o particular, ou seja, que comecemos com argumentos gerais, perceptíveis e credíveis, para posteriormente retirarmos conclusões lógicas...” (Popper, 2005: 9). Ao optarmos por este método, os seus “efeitos” fizeram-se sentir desde logo na estrutura desta Dissertação obrigando-nos, ao mesmo tempo, a socorrermos-nos e com vista à sua credibilização, dos contributos de diversas áreas científicas como a Estratégia, as Relações Internacionais e a Ciência Política. Assim sendo, a investigação é dotada de etapas de procedimento científico, que consistem na rutura, na construção e na verificação. “...A rutura caracteriza-se pelo romper com os preconceitos e as falsas evidências, que conferem uma ilusão de compreensão dos fenómenos. Na etapa da construção verifica-se a estruturação de um quadro teórico de referência, isto é, a rutura só pode ser efetuada a partir de um sistema concetual organizado, que consiga exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno” (Quivy e Campenhoudt, 1998:26). Finalmente, a verificação consiste em “... testar a proposição pelos factos, para que esta possa adquirir estatuto científico...” (Quivy e Campenhoudt, 1998:27). Não devemos esquecer os conceitos de validade da técnica e fidelidade dos resultados, pois é importante que a técnica seja adequada ao estudo realizado, decorrendo desta a fidelidade dos últimos. Neste sentido, serão também utilizadas técnicas declarativas e não declarativas que permitirão a recolha de dados, para se atingirem os objetivos definidos, com recurso a livros, e artigos científicos.

Nesse sentido, um estudo qualitativo é um processo de investigação baseado numa metodologia distinta que explora um problema social ou humano onde o investigador forma um quadro complexo, analisa palavras e descreve um processo que é expressivo e persuasivo na linguagem “...uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja,

políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.” (Creswell, 2007:35).

Esta investigação será fundamentalmente qualitativa de base documental, orientada pelo modelo observante da perspectiva neo-realista das Relações Internacionais, procurando desenvolver-se uma análise neste domínio, do tangível e do possível. Neste sentido considera-se o Estado como o centro e o ator principal das Relações Internacionais sem, no entanto, deixar de lado a influência que as instituições internacionais têm sobre estes e nas suas tomadas de decisão e ações. No entanto, a existência destes “novos” atores nas e das Relações Internacionais não são considerados como impeditivos de que os Estados possam desenhar e implementar estratégias de segurança que procurem impedir a sua soberania de ser ameaçada, assim como uma Política Externa que vá ao encontro da defesa do respetivo Interesse Nacional.

Para além das fontes primárias já mencionadas, as restantes fontes consultadas resultaram, sobretudo, da leitura de livros de autores de referência nas Relações Internacionais, Estratégia e Ciência Política assim como de outros relacionados com o objeto de estudo. Também, a pesquisa resultante da leitura de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado, artigos científicos de relevo sobre o objeto em apreço, bem como da pesquisa feita na internet e da consulta de documentação de Organizações e Instituições Internacionais assumiu um papel relevante. Sempre que possível deu-se preferência às fontes primárias com os cuidados devidos. Assim, esta Dissertação surge enquadrada na área dos Estudos Securitários e de Defesa no domínio das Relações Internacionais sendo desenvolvida uma análise sobre a Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI, uma região que está em transformação devido às alterações climáticas aí registadas, assumindo-se esta como pertinente e atual.

No âmbito desta investigação recorre-se à metodologia do estudo de caso sobre a Política Externa do Canadá para o Ártico neste início de século, as suas principais linhas de força e as principais disputas em que o Canadá está envolvido nesta região- é um estudo qualitativo que se socorre de dados quantitativos para demonstrar, ilustrar e melhor sustentar os resultados e afirmações sempre que tal se considere útil.

1. Pergunta de partida

“A melhor forma de começar um trabalho de investigação social consiste em nos esforçarmos por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida. Com esta pergunta de partida, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação.” (Quivy e Campenhoudt, 1998:44).

Pergunta principal- Quais as características da Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI?

Pergunta coadjuvante- Quais os instrumentos de Política Externa previstos e utilizados na resolução de disputas, nomeadamente pelo Canadá na região do Ártico?

Para chegarmos a este ponto efetuámos um conjunto de leituras que nos permitiram ficar a conhecer melhor algumas das questões em aberto no e sobre o Ártico, assim como questões mais específicas que envolvem o Canadá como Estado litoral ártico. Estas leituras também nos possibilitaram a identificação de conflitos existentes, conflitos latentes e as potenciais fontes de conflitos futuros. As nossas leituras conduziram-nos igualmente, a um melhor conhecimento sobre as características geográficas, as rotas marítimas, os recursos e as disputas. Também nos permitiu melhor identificar elementos influenciadores das alterações registadas nesta região do globo, sendo em grande parte originária de Estados do Ártico e de Organizações Internacionais, sendo que o Canadá através de informação emanada pelo seu governo tem no centro das suas preocupações as alterações climáticas e as suas consequências no seu “*High North*”. O Conselho do Ártico é igualmente uma grande fonte de documentação sobre este assunto.

“... a hipótese traduz, por definição, este espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico...” (Quivy e Campenhoudt, 1998:119). Posto isto, na sequência da temática e do objeto de estudo, para uma melhor orientação do nosso trabalho formulámos as seguintes hipóteses:

H1- Os efeitos das alterações climáticas constituem-se como potencial motivo para a conflitualidade na região e justificação para o rearmamento do Canadá;

H2- A militarização do Ártico deve-se a preocupações com a segurança de fronteiras, linhas de comunicação e recursos energéticos.

As hipóteses de trabalho são meras suposições, não necessariamente verdadeiras, “...a hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz, que a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão de pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente na nossa mente. O seguimento do trabalho consistirá, de facto, em testar as hipóteses, confrontando-as com os dados de observação.” (Quivy e Campenhoudt, 1998:119-120). Através da primeira hipótese acima formulada pretende-se saber como a Política Externa do Canadá tem sido afetada pelas alterações climáticas e que instrumentos de Política Externa estão previstos na resolução de disputas. Na segunda hipótese pretende-se saber se a militarização do Ártico se deve a preocupações com a segurança das fronteiras.

Capítulo I - A Região do Ártico

1. Alterações climáticas

As alterações climáticas têm-se feito sentir através da subida das temperaturas médias por todo o globo, mas na região do Ártico as temperaturas têm subido o dobro das outras regiões desde 1980, como se pode verificar na Figura 2, causando, nomeadamente, o recuo da camada de gelo e redução do *permafrost* “...all of which will have significant global effects. Regional impacts include increasing storm and shore erosion hazards; changes in the diversity, range, and distribution of animal species; as well as shifts of vegetation zones.” (NATO, 2015: 1). A extensão desta redução do gelo tem surpreendido os cientistas e a comunidade internacional de tal forma que “Over the past 30 years, Arctic sea ice has lost half its area and three quarters of its volume. The year 2012 has been a low point so far: the Arctic Ocean was covered with 45% less ice than the 1979-2000 average; its volume was only less than 30% of the 1979-2010 mean, and multi-year ice (the kind of ice that is virtually impassable for ships) experienced a 75% loss in volume of compared to the average.”(ibidem).

As alterações climáticas no Ártico têm servido como demonstração das alterações climáticas a nível global. As consequências da poluição e das alterações climáticas têm-se tornado mais visíveis nesta região, e apesar de serem apresentadas como uma ameaça global, nem todos as olham da mesma forma. “Even climate change, the exemplar of global environmental catastrophe, opens up some great opportunities as well as threats.” (Hough, 2013: 50), ideia que é clarificada quando uma governante como Aleqa Hammond, Ministra das Finanças e Negócios Estrangeiros da Gronelândia, o afirma publicamente: “Because of the warming of the sea the halibut are multiplying faster, and the fisheries have never been so good as they are now.”. Esta ideia é reforçada quando afirma que “Because of global warming our rivers and lakes have never been so full. We have lots of water and we want to use it for hydro power.” (Cathcart, 2007: 2). As alterações climáticas nesta região do globo com enorme impacto no meio físico que se têm feito sentir através do degelo do oceano e dos danos em infraestruturas em zonas com *permafrost*, fazem aumentar o crescente nível de incerteza que contribui para a vulnerabilidade da região ártica: “The severe socio-economic impacts of climate

change endanger both environmental and human security as well as posing questions about the state sovereignty in Canada and Russia.” (Heininen, 2012: 7).

“Furthermore, rich energy resources of the Arctic, options to them, and highly potential global sea routes attract both the Arctic states and major powers from outside the region; these include China and South Korea in Asia, France and Germany in Europe and the European Union as a whole, all of which are already actively exploring their policy options for the Arctic.” (ibidem). A fragilidade e a singularidade dos ecossistemas da região e a forma como têm vindo a ser afetados pelas alterações climáticas é reconhecida na Estratégia do Canadá *“However, the North also has fragile and unique ecosystems which are being negatively affected by the impacts of climate change. Canada is committed to helping ensure these ecosystems are safeguarded for future generations.” (Canada, 2009: 24).* Na região ártica do Canadá, a alteração dos padrões meteorológicos está a alterar o meio ambiente, fazendo com que a camada de gelo se vá reduzindo e seja de mais fácil acesso para o tráfego marítimo e outras atividades económicas, tais como o turismo e a exploração de vários recursos. Estas alterações contribuem por exemplo para que o Canadá possua *“...direitos de concessão e exploração sobre duas minas de diamantes por um período de 15-20 anos. No espaço de cinco anos passou de ausente na lista de produtores, a segundo classificado do ranking mundial.” (Balão, 2014: 481).* As questões relacionadas com este assunto estão cada vez mais em discussão a nível internacional e os diversos atores têm vindo a reconhecer esta problemática como um dos principais desafios do nosso tempo, verificando também a necessidade de salvaguardar e conservar os recursos, intensificando os esforços e a cooperação para minimizar os resultados das catástrofes naturais assim como da ação humana (ISSD, 2016).

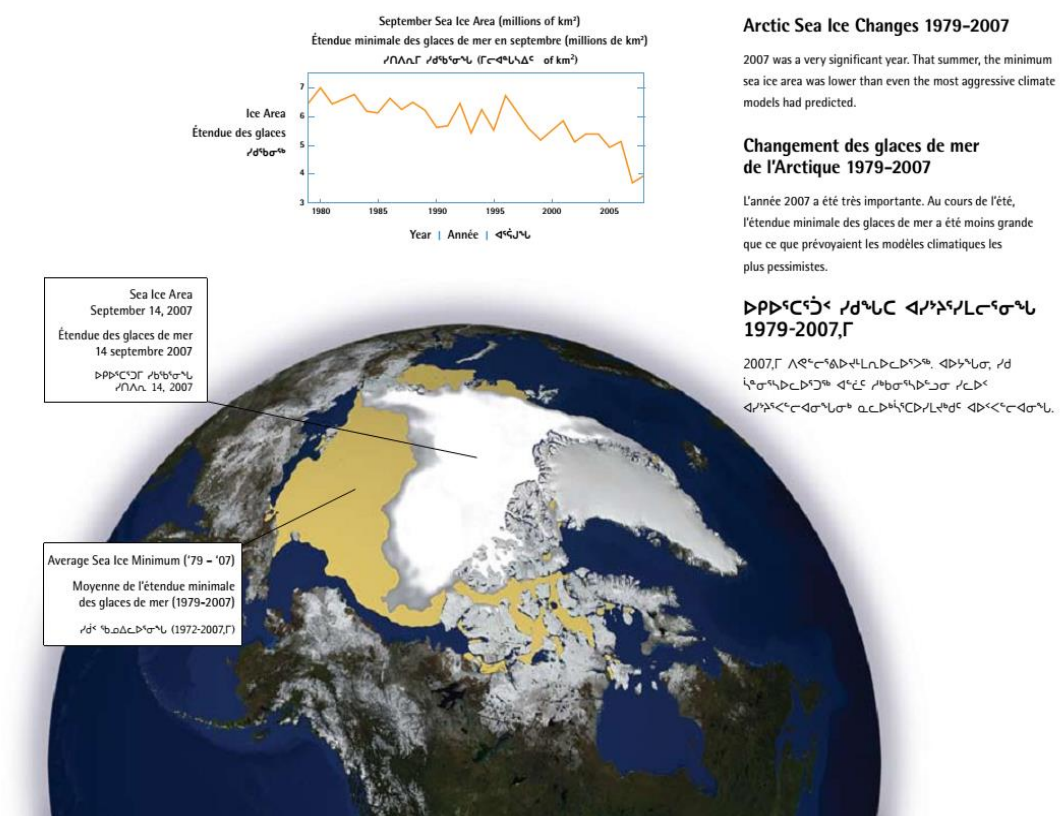


Figura 2 - Alterações da massa de gelo no Ártico entre 1979 e 2007

Fonte: (Canada, 2009:23).

2. Disputas no Ártico

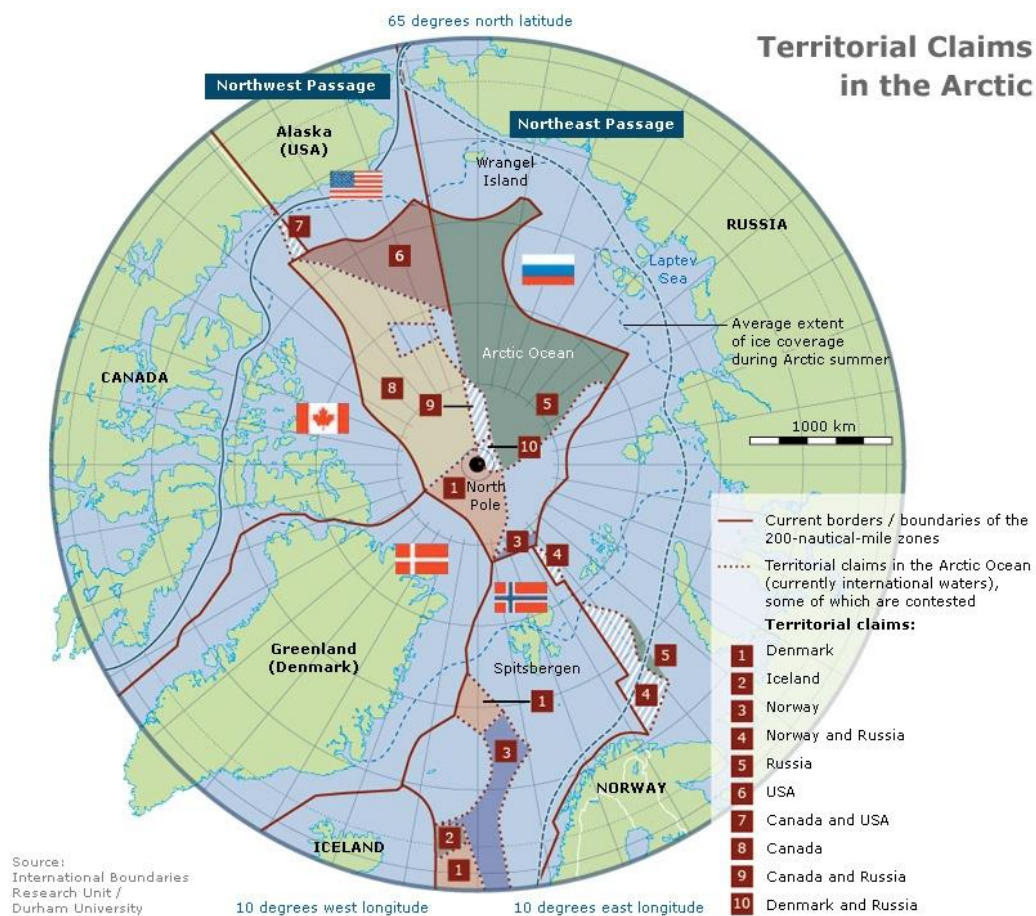


Figura 3 - Territórios reivindicados pelos Estados Árticos

Fonte: (Spiegel, 2011).

Os diferentes caminhos marítimos do Ártico têm importância para a comunidade internacional na medida em que a potencial abertura destes causada pelas alterações climáticas poderá possibilitar uma maior facilidade no acesso aos recursos energéticos existentes, e o aumento da atividade humana em geral. Deste modo, “*Não é do interesse de nenhum dos actores envolvidos a existência e persistência de conflitos que possam comprometer a utilidade dos mares árticos. No entanto, acontece que, fruto da sua importância, a região é alvo de várias contendas jurídicas relativamente ao estatuto que deve ser adoptado.*” (Marcelino e outros, 2007: 5). De facto, “*...without a doubt the geo-strategic importance of the Arctic in world politics and the globalized world economy is increasing, and the region is playing a more important role.*” (Heininen,

2012: 7), devido à sua posição estratégica para as principais potências nucleares, assim como o interesse a nível internacional, nos seus inúmeros recursos e nas suas rotas marítimas. Uma das disputas existentes na região, entre o Canadá e a Dinamarca é a ilha de Hans, uma ilha desabitada com 1.3 quilómetros quadrados (Km²), que se situa entre a ilha de Ellesmere no Canadá e a Gronelândia pertencente à Dinamarca, representada na Figura 7, apesar de sucessivas tentativas de acordo desencadeadas em 1973 entre as partes envolvidas, este assunto ainda não se encontra resolvido, tendo ambos os Estados emitido, em 2005, uma declaração conjunta afirmando “...we will continue our efforts to reach a long-term solution to the Hans Island dispute.” (Carnaghan e Goody, 2006: 5).

Uma outra disputa, existente entre o Canadá e os EUA é a sobreposição de 24 km² de plataforma continental no Mar de Beaufort, uma zona rica em recursos, observável nas Figuras 3 e 7. Existe, ainda, a disputa da Passagem do Noroeste, que também pode ser observada nas Figuras 3, 5 e 6, a qual é considerada pelos EUA como um estreito internacional, enquanto o Canadá a considera como fazendo parte das águas interiores. Duas viagens efetuadas pelo navio americano S.S. *Manhattan* em 1969 e 1970 e uma outra realizada pelo navio quebra-gelo CGS *Polar Sea* em 1985 trouxeram o assunto para a opinião pública e a consequente discussão sobre a soberania do Canadá e controlo do seu território Ártico. Em 1970 o Governo Canadiano aprovou o “*Arctic Waters Pollution Prevention Act*” que declarava o controlo do Canadá sobre a poluição dentro das 100 milhas (Mychajlyszyn, 2008: 2). Em resposta a este documento os EUA emitiram uma declaração afirmando “...we cannot accept the assertion of a Canadian claim that the Arctic waters are internal waters of Canada...Such acceptance would jeopardize the freedom of navigation essential for the United States naval activities worldwide.” (Carnaghan e Goody, 2006: 4). Claro que, como afirma Lasserre “*La découverte du pétrole en Alaska, en 1966, est venue donner une dimension économique à cette préoccupation militaire des Américains.*” (2004:399).

Em Dezembro de 2009, o Parlamento Canadiano aprovou legislação no sentido de renomear a “*Northwest Passage*” como “*Canadian Northwest Passage*”, considerando assim estas águas como territoriais, de facto, “*In December 2009, Canada’s House of Commons unanimously passed a bill to rename the country’s Arctic sea route the “Canadian Northwest Passage,” symbolically asserting authority over the disputed waterway and firmly claiming it as an internal strait.*” (Conley e Kraut, 2010: 16). Para os Estados Unidos o reconhecimento da passagem do Noroeste como águas territoriais, poderia resultar em exigências por parte de outros Estados, como por exemplo o caso

do Irão e do estreito de Ormuz, pelo que o impacto dos acontecimentos e decisões na região ártica assume, de facto, dimensão global. A problemática na região prende-se com a classificação que deve ser dada aos estreitos e passagens: se devem ser considerados como águas internas ou nacionais, ou se devem ser consideradas águas internacionais. *“A Convenção de Montego Bay de 1982 define regras legais sobre a repartição e uso dos mares e oceanos, que complementam as disposições adoptadas aquando da Conferência de Genebra em 1984. Esta convenção adiciona às zonas marítimas anteriormente definidas as águas arquipelágicas, a Zona Económica Exclusiva (ZEE), os estreitos navegáveis e o fundo dos mares. Cada Estado tem sob a sua jurisdição directa as águas interiores, que se estendem desde a sua costa até à linha de base, e o mar territorial, desde a linha de base até uma extensão de 12 milhas marítimas. Se nas águas interiores, o Estado é detentor de plena soberania, não pode negar o direito de passagem inofensiva a qualquer navio no seu mar territorial.”* (Marcelino e outros, 2007: 6). Além disso, *“... a Convenção de Montego Bay reconhece o direito de livre-trânsito a todos os navios e aeronaves em estreitos que servem para a navegação internacional e servem de ligação entre uma parte e outra parte de alto mar ou entre duas ZEE’s. A posição de Washington tem nesta Convenção o seu principal argumento. O Canadá, não desejando acordar o direito de livre-trânsito, recusa classificar os seus estreitos como sendo estreitos internacionais, o mesmo sucedendo com a Federação Russa. Note-se que, na década de 1980, quer o Canadá quer a antiga União Soviética tinham, por motivos alegadamente históricos, decretado, unilateralmente, os seus estreitos árticos mares interiores e, por conseguinte, sujeitos ao exercício pleno das respectivas soberanias nacionais e ao seu usufruto devidamente limitado e regulamentado.”* (Marcelino e outros, 2007: 6). De acordo com o Professor Almeida Ribeiro *“O direito de passagem em trânsito, definido nos artigos 37 e seguintes da Convenção, representa o equilíbrio entre as liberdades de navegação e sobrevoos e a soberania do Estado costeiro assegurada pelos artigos 34 e 35. Quer o direito de passagem em trânsito quer o direito de passagem inofensiva têm a natureza jurídica de servidões de passagem. O conteúdo dos direitos é, no entanto, diferente. No caso do regime de passagem em trânsito o artigo 44 inibe inequivocamente qualquer actividade do Estado ribeirinho de diminuir o exercício da liberdade de navegação, sendo-lhe vedado o exercício dos direitos previstos nos artigos 20 e seguintes da Convenção.”* (Ribeiro, 1992: 99).

A tabela seguinte (Figura 4) sintetiza alguns conceitos definidos pela UNCLOS, envolvidos nas disputas no Ártico.

ÁGUAS INTERIORES	<ul style="list-style-type: none"> - As águas situadas no interior da linha de base do mar territorial fazem parte das águas interiores do Estado. - Direito de passagem inofensiva, de forma contínua e expedita (excepto se publicado o contrário)
MAR TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Até ao limite das 12 NM a partir da linha de base, os estados têm soberania. - Direito de passagem inofensiva, de forma contínua e expedita (excepto se publicado o contrário)
ZONA CONTÍGUA	<ul style="list-style-type: none"> - Zona contígua ao mar territorial, até ao limite das 24 NM a partir das linhas de base usadas para a medição do mar territorial. - Direito de tomar medidas legais que impeçam infrações de regulamentos no seu território ou mar territorial.
ÁGUAS ARQUIPELÁGICAS	<ul style="list-style-type: none"> - Delimitadas pelas linhas de base arquipelágicas, que unem os pontos extremos das ilhas mais exteriores e dos recifes emergentes do arquipélago. - Soberania do Estado estende-se às águas arquipelágicas, independentemente da sua profundidade ou distância à costa. - O Estado ribeirinho pode traçar linhas de fecho para a delimitação de águas interiores. Os navios têm direito a navegar em águas arquipelágicas, através de rotas marítimas que o Estado arquipelágico possa designar.
ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE)	<ul style="list-style-type: none"> - Zona Situada além do mar territorial, adjacente a este, até ao limite das 200NM medidas a partir das linhas de base sujeita a um regime jurídico específico. - Estado detém direitos de soberania específicos para atividades de exploração e aproveitamento da zona para fins económicos (pescas, exploração do subsolo, produção de energia a partir das águas ou ventos,...) - Navios possuem o direito de passagem em trânsito (fins exclusivamente de trânsito contínuo e célere).
PLATAFORMA CONTINENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Compreende o leito e subsolo das águas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou à distância de 200NM a partir das linhas base (caso o primeiro não atinja essa distância) - Os direitos que o Estado detém sobre a sua PC não se extinguem em caso de não exploração da mesma, nem poderão ser usurpados por outros, sem claro consentimento do primeiro. - Poderá ser alargada a sua extensão, até um limite de 350NM, sob submissão fundamentada e aprovação da Comissão de Limites da Plataforma continental CLPC.
ESTREITOS INTERNACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Navios possuem o direito de passagem em trânsito (fins exclusivamente de trânsito contínuo e célere). - Sujeição às leis e regulamentos formulados pelos estados ribeirinhos. Não poderão ser discriminatórias em relação à nacionalidade dos navios, nem poderão negar, dificultar ou impedir o direito de passagem em trânsito. - Outros direitos (pescas, embarque/desembarque de produtos/moedas/pessoas, ...) poderão ser sujeitos a condicionamentos legislativos por parte dos estados ribeirinhos.

Figura 4 - A UNCLOS e disputas no Ártico

Fonte: (Baptista, 2015: 87).

A seguinte figura (Figura 5), mostra as principais atividades na região ártica.

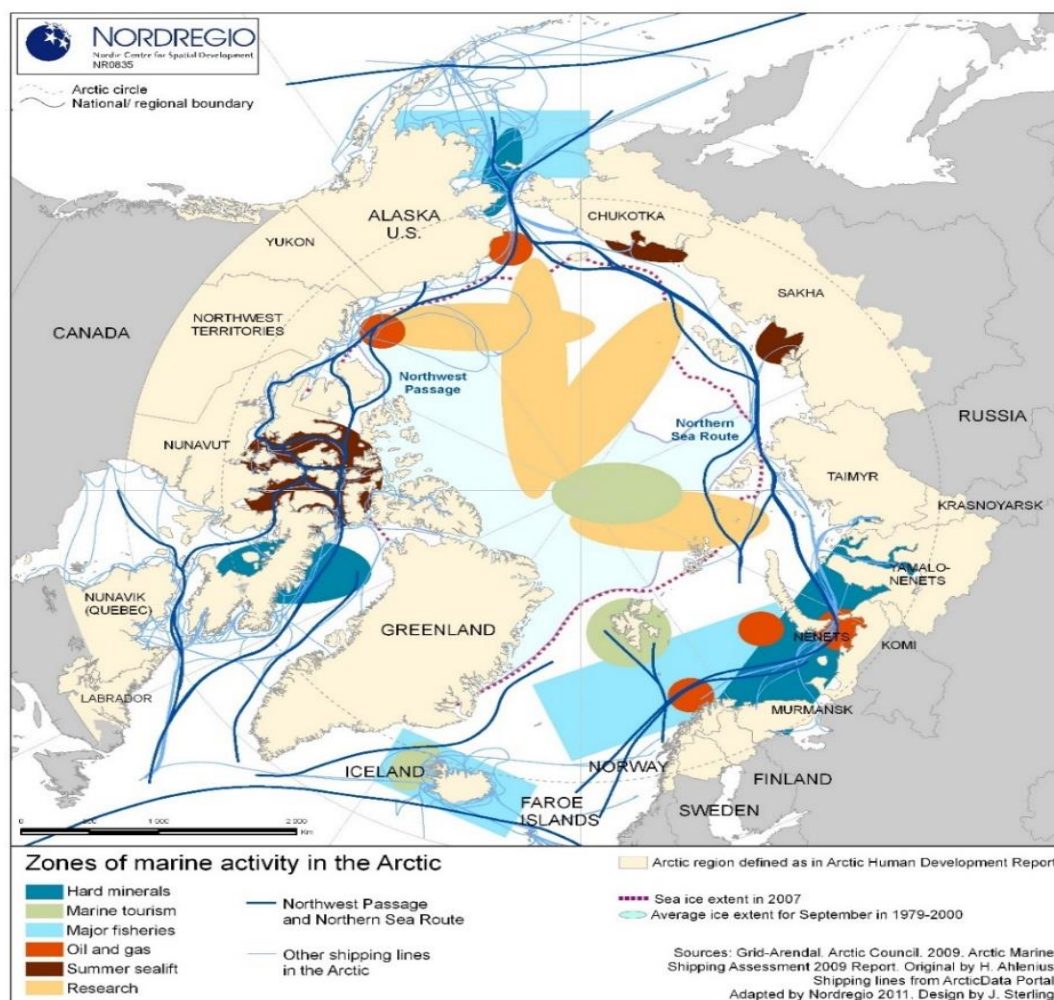


Figura 5 - Zonas de atividade marítima no Ártico

Fonte: (Nordregio, 2016).

A figura, abaixo, mostra as principais rotas marítimas do Ártico.

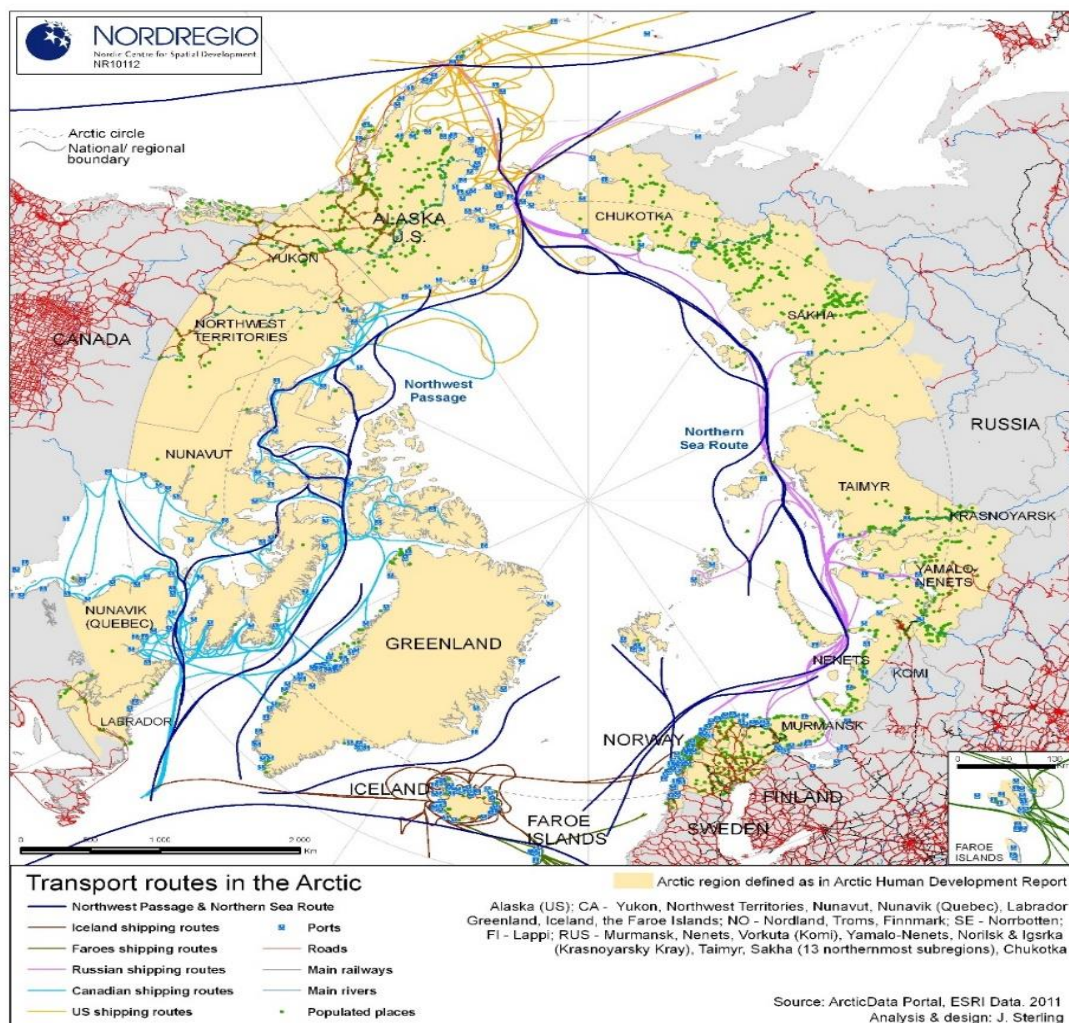


Figura 6 - Rotas de transporte marítimo no Ártico

Fonte: (Nordregio, 2016).

“There is currently a very low threat of armed conflict in the Arctic, and it is in everyone’s interest to keep it that way. Nevertheless, the potential challenges in the region remain great. The Arctic region is home to some of the most unforgivable terrain and harshest climate anywhere in the world. Many of the shipping lanes currently used in the Arctic are a considerable distance from search and rescue (SAR) facilities, and natural resource exploration that would be considered routine in other locations in the world is complex, costly, and dangerous in the Arctic.” (Coffey, 2012: 1).

O desenvolvimento de diferentes caminhos marítimos no Ártico, como se pode observar na Figura acima é, para a comunidade internacional algo de elevada importância e a ter

em conta em relação ao desenvolvimento do comércio internacional assim como para o apoio logístico da exploração dos recursos da região, exploração científica e para o menor isolamento das regiões do norte, estando algumas destas atividades representadas na Figura 5. Desta forma não é do interesse de nenhum dos Estados ou Organizações envolvidas que existam conflitos que comprometam a utilidade desses caminhos, apesar de existirem ainda várias disputas entre os Estados do Ártico relativamente aos limites das suas plataformas continentais e às suas zonas económicas exclusivas (ZEE). *“The Arctic region is becoming increasingly important for a number of geostrategic reasons. Thawing ice allows lucrative shipping lanes to open and increases the possibility of natural resource exploration.”* (Coffey, 2012: 1). Para o Canadá quanto mais rapidamente as disputas estiverem resolvidas melhor, tal como afirmam Conley e Kraut: *“The resolution of these territorial and maritime border disputes will have a direct impact on Canada’s ability to pursue its economic interests in the Arctic.”* (2010: 17).

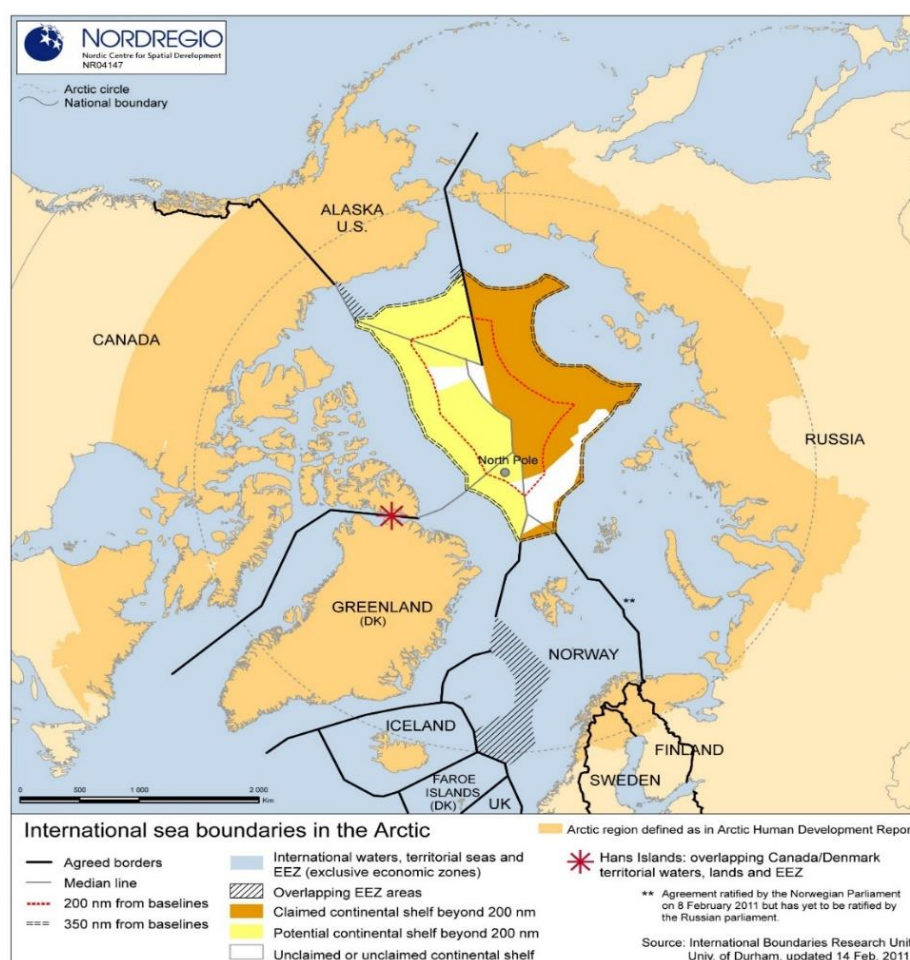


Figura 7 - Fronteiras marítimas no Ártico

Fonte: (Nordregio, 2016).

3. Povos nativos



Figura 8 - Centros populacionais nativos no norte do Canadá

Fonte: (ITK, 2012).

Quando os Europeus chegaram ao Canadá descobriram que estas latitudes já eram habitadas por nativos, de acordo com a História do Canadá (Government of Canada, 2016b). Atualmente estes povos nativos estendem-se por várias áreas administrativas dos vários Estados árticos, não coincidentes com as divisões administrativas desses Estados como se pode observar na Figura 8, na Figura 10 e também na Figura 13. Além disso, existem várias famílias linguísticas entre estes povos como se pode verificar nas Figuras 11 e 12. No caso do Canadá estes povos são tidos em conta na sua Estratégia para o Norte -“*Canada’s Northern Strategy*” (Government of Canada, 2009) -que é redigida em inglês, francês e em inuit, uma das línguas nativas, com uma mensagem introdutória de Chuck Strahl “*Minister of Indian Affairs and Northern Development and Federal Interlocutor for Métis and Non-Status Indians*”. Segundo Heininen “...Further, Canada’s North is said to be “first and foremost about people – the Inuit, other Aboriginal peoples and Northerners” However, neither (indigenous) peoples nor the human dimension are among the priorities of the Strategy, although “Empowering the Peoples of the North” is included in the Statement’s four priorities...” (2011: 16). A

língua Inuit tornou-se oficial nos territórios do “Norte” do Canadá a partir de 2008 através da consolidação do Inuit Language Protection Act (ILPA, 2008). Nesta Estratégia do Canadá para o Norte, é referido que estes povos do Norte têm um importante papel a desempenhar na definição das prioridades e das iniciativas regionais. Neste documento é, ainda, referida a existência dos seis grupos internacionais de povos indígenas, os quais fazem também parte do Conselho do Ártico: Aleut International Association (AIA), Arctic Athabaskan Council (AAC), Gwich'in Council International (GCI), Inuit Circumpolar Council (ICC), Russian Association of Indigenous Peoples of the North (RAIPON), Saami Council (SC). Destes, três têm forte presença nos territórios do Norte canadiano: o “Arctic Athabaskan Council”, o “Gwich'in Council International” e o “Inuit Circumpolar Council”. De acordo com a Estratégia para o Norte, o governo canadiano tem celebrado vários acordos com estes grupos de povos nativos, como se pode verificar através da análise da Figura 9, no sentido de lhes conferir maior autonomia administrativa em relação a estes territórios nórdicos, criando novas formas de governação regional adaptada às necessidades de cada povo (Government of Canada, 2009: 30). Os povos nativos do norte do Canadá são também a base do recrutamento para o “*Canadian Ranger Patrol Group*”, são eles quem melhor conhece o terreno e as dificuldades climáticas nestas latitudes para poder executar o patrulhamento do território para um melhor controlo do território e afirmação da sua soberania (Lajeunesse, 2015: 5-6).

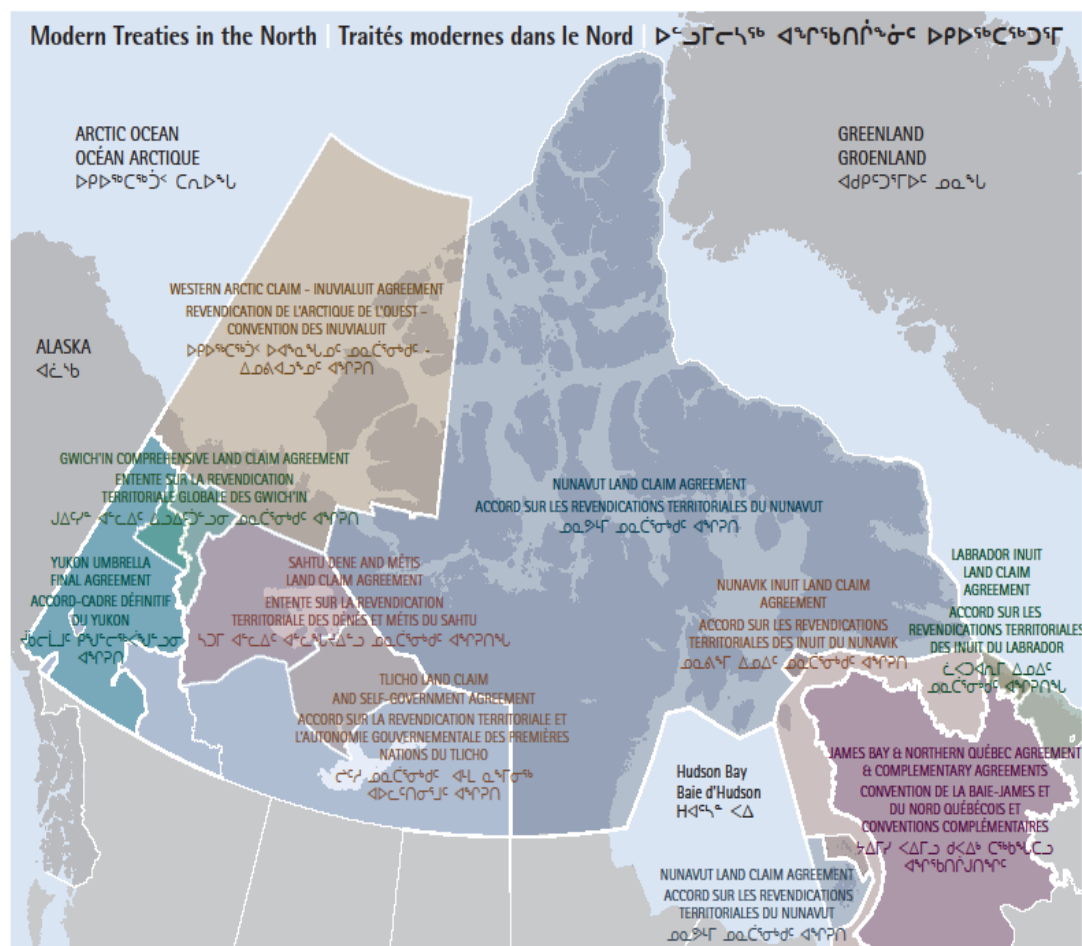


Figura 9 - Acordos entre os povos nativos e o Governo Canadiano

Fonte: (Government of Canada, 2009).

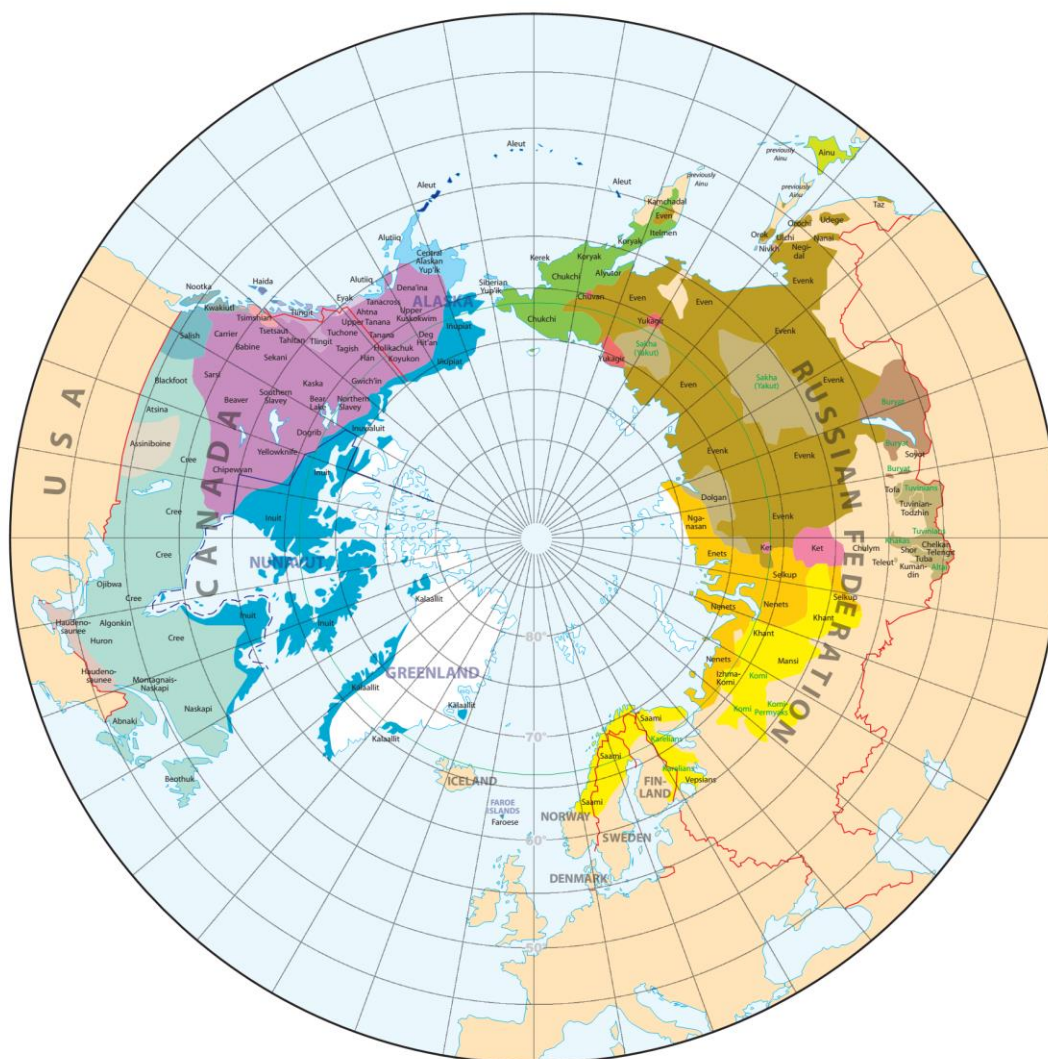
Arctic administrative areas

compiled by
Winfried K. Dallmann,
Norwegian Polar Institute



Figura 10 - Áreas administrativas na região do Ártico

Fonte: (Nordregio, 2016).



Indigenous peoples of the Arctic countries

Subdivision according to language families

Na'Dene family	Eskimo-Aleut family
Athabaskan branch	Inuit group of Eskimo branch
Eyak branch	Yupik group of Eskimo branch
Tlingit branch	Aleut group
Haida branch	Uralic-Yukagiran family
Penutan family	Finno-Ugric branch
Macro-Algonkian family	Samodic branch
Algonkian branch	Yukagiran branch
Wakasha branch	Altaic family
Salish branch	Turkic branch
Macro-Sioux family	Mongolic branch
Sioux branch	Tunguso-Manchurian branch
Iroquois branch	Chukotko-Kamchatkan family
Indo-European family	Ket (isolated language)
Germanic branch	Nivkh (isolated language)
	Ainu (isolated language)

Notes:

For the USA, only peoples in the State of Alaska are shown. For the Russian Federation, only peoples of the North, Siberia and Far East are shown.

Majority populations of independent states are not shown, not even when they form minorities in adjacent countries (e.g. Finns in Norway).

Areas show colours according to the original languages of the respective indigenous peoples, even if they do not speak these languages today.

Overlapping populations are not shown. The map does not claim to show exact boundaries between the individual groups.

In the Russian Federation, indigenous peoples have a special status only when numbering less than 50,000. Names of larger indigenous peoples are written in green.

Figura 11 - Distribuição dos povos nativos no Ártico

Fonte: (Nordregio, 2016)



compiled by:
W.K. Dallmann, Norwegian Polar Institute
P. Schweitzer, University of Alaska Fairbanks

Arctic peoples subdivided according to language families

Indo-European family	Isolated languages (Ketic and Yukagir)
Germanic branch	Eskimo-Aleut family
Uralic family	Inuit group (of Eskimo br.)
Finno-Ugric branch	Yupik group (of Eskimo br.)
Samoyedic branch	Aleut branch
Altaic family	Na-Dene family
Turkic branch	Athabaskan branch
Tungusic branch	Eyak branch
Chukotko-Kamchatkan fam.	Tlingit branch

— Arctic circle
— Arctic boundary according to AMAP
— Arctic boundary according to AHDR

Notes:

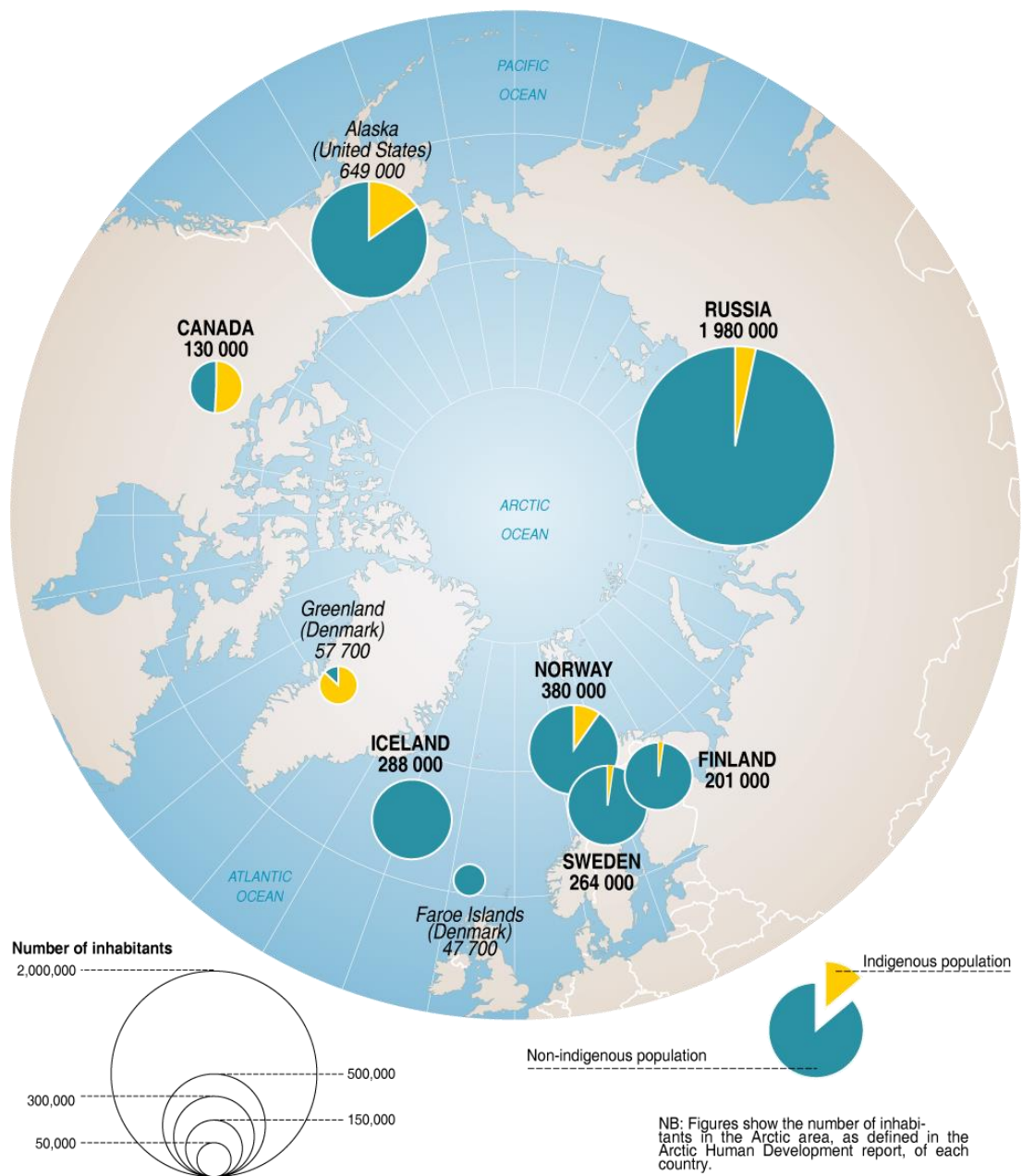
Areas show colours according to the original languages of the respective indigenous peoples, even if they do not speak their languages today.

Overlapping populations are not shown. The map does not claim to show exact boundaries between the individual language groups.

Typical colonial populations, which are not traditional Arctic populations, are not shown (Danes in Greenland, Russians in the Russian Federation, non-native Americans in North America).

Figura 12 - Famílias linguísticas dos povos nativos

Fonte: (Nordregio, 2016).



Sources : United States: US Census Bureau, 2002 and United States department of commerce 1993; Canada: Statistics Canada, 1995 and 2002; Greenland: Statistics Greenland, 1994 and 2002; Faroe Islands: Faroe Islands Statistics, 2002; Iceland: Statistics Iceland, 2002; Norway: Statistics Norway, 2002; Sweden: Statistics Sweden, 2002; Finland: Statistics Finland, 2002; Russia: State Committee for Statistics, 2003; Republican information and publication center, 1992; State committee of the Russian Federation for statistics 1992; AMAP, 1998. AMAP Assessment Report: Arctic Pollution Issues. AMAP, 1997. Arctic Pollution Issues: A State of the Arctic Environment Report. Stefansson Arctic Institute, 2004. Arctic Human Development Report.

Figura 13 - Habitantes na região do Ártico por Estado

Fonte: (GRID-Arendal, 2012).

Capítulo II - O Ártico e as Organizações Internacionais

1. Atores individuais

Entre os atores individuais que se encontram nesta região podemos enumerar os Estados costeiros do Ártico, de entre os quais se destacam a Rússia e o Canadá, com a primeira e a segunda maior área territorial na região do Ártico respetivamente. Cada um dos Estados costeiros desta região definiu uma Estratégia Nacional própria para os seus territórios, defendendo diferentes interesses em função dos quais as respetivas Estratégias e as ações a desenvolver na região são definidas. O quadro que de seguida apresentamos, socorrendo-nos de Leal (2012) é demonstrativo dessas diferentes pretensões.

EUA	RÚSSIA	CANADÁ	NORUEGA	DINAMARCA	ISLÂNDIA
Interesses <ul style="list-style-type: none"> - Garantir a defesa e segurança na região ártica; - Garantir a liberdade dos mares; - Incrementar a cooperação nas instituições do Ártico; - Sustentar ambientalmente a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento económico da região; - Conservar recursos biológicos; - Envolver os povos nativos no processo de decisão; - Assumir liderança da pesquisa científica no Ártico. Ações a desenvolver <ul style="list-style-type: none"> - Defender fronteiras do Alasca e exercer autoridade nas áreas sob sua jurisdição; - Preservar o «direito de passagem em trânsito» no Ártico; - Projetar poder marítimo; - Senado deve ratificar a UNCLOS; - Privilegiar cooperação no <i>Arctic Council</i> e na IMO; - Promover a investigação científica com Estados Árticos; - Preparar alargamento da PC; - Incentivar a resolução pacífica dos conflitos. 	Interesses <ul style="list-style-type: none"> - Ser a potência líder do Ártico até 2010; - Fazer do Ártico base estratégica de recursos para o crescimento socioeconómico do país; - Preservar o Ártico como zona de paz e cooperação, incrementando as relações com os Estados vizinhos; - Conservar os ecossistemas originais; - Integrar a NSR na rede de transportes do Ártico e na rede nacional de comunicações. Ações a desenvolver <ul style="list-style-type: none"> - Com as Forças Armadas proteger as fronteiras norte, os recursos naturais adjacentes, as rotas comerciais, a costa, os portos e a circulação dos navios de guerra através do Ártico; - Aumentar capacidades da Guarda Costeira e da Guarda de Fronteiras; - Implementar um sistema integrado de monitorização de atividades no Ártico russo; - Apoiar desenvolvimento dos portos; - Modernizar a esquadra de navios quebra-gelo e fomentar introdução de navios capazes de navegar no gelo, para desenvolver o comércio marítimo no Ártico; - Apoiar indústria naval. 	Interesses <ul style="list-style-type: none"> - Ser líder global de conhecimento no Ártico; - Atribuir papel central ao Grande Norte (GN) na identidade e história do Canadá; - Exercer a soberania e fortalecer presença no Ártico; - Proteger terras, águas e património ambiental do GN; - Promover o desenvolvimento socioeconómico do GN; - Melhorar a governança e desconcentração do GN. Ações a desenvolver <ul style="list-style-type: none"> - Investir em ciência e tecnologia e criar laboratório que funcione como <i>Hub</i> de toda a investigação mundial em torno do Ártico; - Utilizar os Inuitas como trunfo das reivindicações do Arq. Ártico; - Estabelecer governos regionais e, os povos boreais participam na gestão dos recursos naturais; - Recolher amostras que sustentem reivindicação de extensão da PC; - Incrementar capacidade de busca e salvamento; - Aumentar regimes que restrinjam atividades poluidoras no GN. 	Interesses <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar cooperação com a Rússia; - Assegurar a soberania na região e reforçar a cooperação transfronteiriça; - Aumentar o conhecimento sobre o clima e o ambiente; - Promover o desenvolvimento sustentável dos projetos de gás natural e petróleo efetuados <i>offshore</i>, e renovar os recursos marinhos; - Melhorar monitorização, resposta de emergência e sistemas de segurança marítima; - Salvaguardar a cultura e meios de subsistência dos povos indígenas. Ações a desenvolver <ul style="list-style-type: none"> - Criar centros de pesquisa e investigação em Tromsø e Svalbard e, mapear o leito do oceano; - Melhorar a <i>expertise</i> da administração costeira norueguesa e abrir sistema identificação de navios; - Aquacultura do bacalhau, bioenergia das algas e fiscalização da pesca; - Estudar e implementar infraestruturas de transporte e de conhecimento que apoiem atividades turísticas, petrolíferas e de gás natural; - Melhorar controlo das fronteiras e visibilidade militar no <i>High North</i>. 	Interesses <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a paz e segurança no Ártico; - Crescer e desenvolver-se autossustentadamente; - Estudar e antecipar as fragilidades decorrentes das alterações climáticas; - Cooperar com os atores interessados no Ártico. Ações a desenvolver <ul style="list-style-type: none"> - Cooperar nos termos da <i>Declaração de Ilulissat</i>; - Continuar com projetos de extensão da PC; - Melhorar a segurança marítima; - Aumentar visibilidade das Forças Armadas e sua capacidade de vigilância; - Explorar os recursos de acordo com as melhores práticas internacionais; - Apoiar energia renovável; - Proteger recursos vivos; - Desenvolver um modelo que estude consequências das alterações climáticas na Gronelândia; - Cooperar com IMO, UE, <i>Arctic Council</i> e outros. 	Interesses <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o <i>Arctic Council</i>; - Afirmar-se como Estado ribeirinho do Ártico; - Firmar-se como entreposto entre o Ártico e o Atlântico; - Cooperar com todos os atores com interesse no Ártico; - Aumentar o comércio com países Árticos; - Contrariar a militarização do Ártico. Ações a desenvolver <ul style="list-style-type: none"> - Construir um porto em Ísafjörður; - Restantes ações ainda não são palpáveis, pois ainda não foram implementadas.

Figura 14 - Quadro resumo dos interesses e ações a desenvolver pelos Estados do Ártico

Fonte: (Leal, 2012: 410).

O Canadá (e os outros Estados da região) têm mantido vários tipos de acordos bilaterais que servem os objetivos canadianos, assim como as suas pretensões em tomar a dianteira

nestes assuntos. No caso da Rússia, a identidade Ártica que esta compartilha com o Canadá proporciona uma base de entendimento entre ambos, a proximidade geográfica e os já longos anos de cooperação asseguram, de alguma forma, que os assuntos do “Norte” permaneçam assim como uma prioridade nas relações entre ambos os Estados. O acordo de cooperação entre o Canadá e a URSS em relação ao “Norte” foi assinado em 1984, voltando a ser novamente validado com a Federação Russa em 1992. Este acordo conjunto inclui áreas como a monitorização ambiental, transportes, assuntos indígenas, petróleo, gás e utilidades elétricas (Konyshev e Sergunin, 2010: 9-11).

De acordo com o Global Affairs Canada (2015), também com o Reino da Dinamarca, um vizinho ártico com o qual o Canadá faz fronteira através da Gronelândia, têm sido mantidas fortes relações bilaterais. Existem laços históricos estabelecidos entre ambos através das comunidades Inuit existentes no território Nunavut, no Canadá e a Gronelândia pertencente à Dinamarca. Foi celebrado entre ambos um acordo em 1983 na área do ambiente marítimo e desenvolvimento de diretivas na prevenção de derramamentos de petróleo, regista-se a realização anual de exercícios militares conjuntos entre ambos, existe também colaboração entre estes intervenientes na área científica relacionada com o “Norte”, tais como a preservação da população de espécies autóctones, como o urso polar, e na área das pescas. No caso da Finlândia, esta partilha com o Canadá pontos de vista idênticos em relação ao Conselho do Ártico (CA) como o fórum intergovernamental principal para a resolução de questões relacionadas com o Ártico. Convém também referir que o Canadá tem o estatuto de observador na “*Northern Dimension Initiative*” (NDI), onde a Finlândia colabora com a União Europeia, a Noruega, a Islândia e a Rússia. Existe também cooperação na área do desenvolvimento de tecnologias de satélite e na área espacial nomeadamente entre a “*Canadian Space Agency*” (CSA) e a “*National Technology Agency of Finland*” (TEKES). A Islândia colabora com o Canadá de forma mais próxima nas áreas das alterações climáticas e do desenvolvimento humano na região do Ártico, existindo também relações próximas na área das pescas e na proteção do meio aquático.

A Noruega e o Canadá têm visões semelhantes em relação ao “Norte” e à sua importância estratégica, reunindo-se anualmente para discutir assuntos vários relacionados com o Ártico. As ligações entre o Canadá e a Suécia devem-se a laços culturais e económicos através dos povos nativos, neste caso os Saami, e também na área da investigação científica na região. Recentemente realizaram uma expedição científica que decorreu entre 5 de agosto e 20 de setembro de 2016 (Government of Canada, 2016a).

Os Estados Unidos aparecem como o parceiro principal com o qual já existe uma longa história de cooperação de “*estar de acordo discordando*” em assuntos como as águas da passagem do Noroeste. Os Estados Unidos tem também realizado exercícios militares no Ártico em conjunto com o Canadá, nomeadamente no exercício anual apelidado “*Operation Nanook*” (Government of Canada 2013:6).

Estas relações bilaterais entre o Canadá e outros Estados árticos têm servido os interesses canadianos na região e têm resultado em várias parcerias e acordos entre estes Estados:

“Bilateral relations between Canada and the other Arctic countries – including the United States, the Russian Federation and the Nordic Countries – serve to further Canada’s Arctic interests and have resulted in significant partnerships and agreements.” (Global Affairs Canada, 2015: 1).

2. Atores coletivos

“Working through international governing structures to establish Canadian land and maritime borders, Ottawa hopes to benefit from the valuable resources and profitable shipping lanes of the Arctic region.” (Conley e Kraut, 2010:17).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) tem sido uma instituição para a cooperação internacional na região do Ártico, apesar dos Estados Unidos não terem ratificado, ainda, o documento. Não é o único instrumento disponível para a resolução de disputas na região, na medida em que existe também o Conselho do Ártico que se considera poder igualmente desempenhar um papel bastante importante para a resolução de conflitos e para a cooperação entre os Estados costeiros do Ártico. Quando combinados com outras instituições regionais de cooperação sobre assuntos respeitantes à pesca, extração de minérios e exploração de outros recursos naturais, estas instituições árticas conseguem criar múltiplos canais de comunicação e cooperação numa região que se está a tornar muito competitiva. Além dos instrumentos já mencionados existe ainda um outro igualmente digno de referência: a Declaração de Ilulissat, um acordo formal entre os Estados costeiros do Ártico para a prossecução da resolução cooperativa das disputas regionais.

O Conselho do Ártico foi criado em 1996 através da Declaração de Ottawa (Arctic Council 2016a), enquanto fórum intergovernamental para a promoção da cooperação, coordenação e interação entre os Estados do Ártico e as populações indígenas da região,

para todos os assuntos comuns, com prioridade para as matérias relacionadas com a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. É o principal organismo multilateral para o Ártico exceto em questões de segurança e defesa por posição expressa pelos EUA. O Conselho do Ártico baseia-se na consonância e na unanimidade e no diálogo para as melhorias e benefícios da cooperação nos assuntos do Ártico, para criar incentivo para seguir e cumprir as regras que vão sendo estabelecidas. O Conselho do Ártico é constituído pelos oito Estados do Ártico: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, Rússia e Estados Unidos. No seu seio estão também representadas várias associações e conselhos como participantes permanentes e que representam os povos indígenas: Aleut International Association (AIA), Arctic Athabaskan Council (AAC), Gwich'in Council International (GCI), Inuit Circumpolar Council (ICC), Russian Association of Indigenous Peoples of the North (RAIPON) e Saami Council (SC) (Arctic Council, 2016), como ilustra a Figura 16.

Este Conselho já criou, por exemplo, compromissos legais para a cooperação na busca e salvamento. Podendo considerar-se um desses exemplos o Acordo de Busca e Salvamento no Ártico: “*Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic*” celebrado entre os Estados membros do Conselho do Ártico – Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos- a 12 de Maio de 2011 em Nuuk na Gronelândia. Este Tratado estipula as áreas de responsabilidade na busca e salvamento (SAR) de cada Estado Ártico, o Canadá ficou como fiel depositário deste Tratado que entrou em vigor a 19 de janeiro de 2013, após a ratificação e assinatura por parte de todos os Estados (Arctic Council, 2015), como se pode verificar na Figura 15. É de salientar que para o Canadá a divisão do seu território através do paralelo 60° se deve a razões administrativas internas, é esta linha que separa as províncias mais a sul dos territórios a norte, sendo que a forma de administração de umas e de outros tem algumas diferenças na forma de governação e autonomia em relação ao governo federal. Poderá também ser visto como uma forma de preservação e afirmação da sua soberania e controlo sobre o seu “Norte” e a própria região do Ártico, contribuindo para deixar esta “fora” do “alcance” de Organizações Internacionais como a NATO (ou, pelo menos, para dificultar esse desiderato – mesmo que eventual e ou potencial).

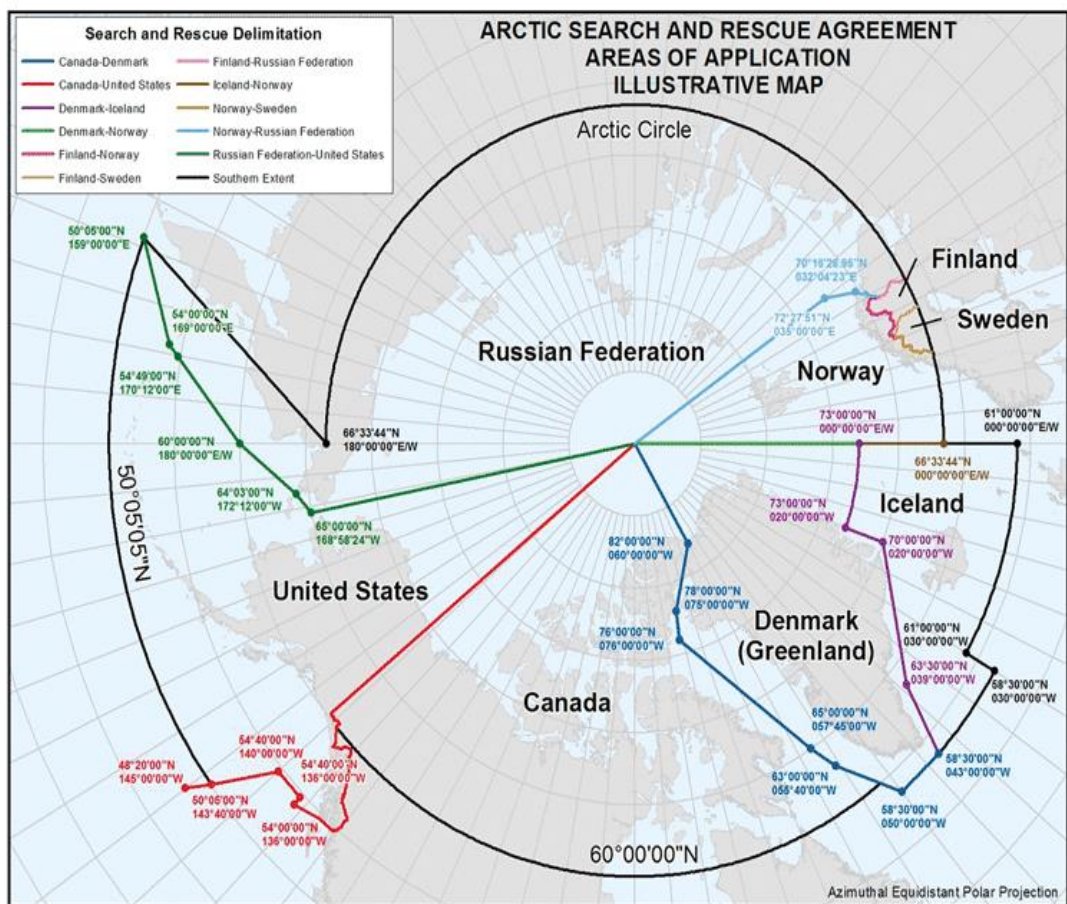


Figura 15 - Áreas de responsabilidade em operações de busca e salvamento

Fonte: (Arctic Council, 2011).

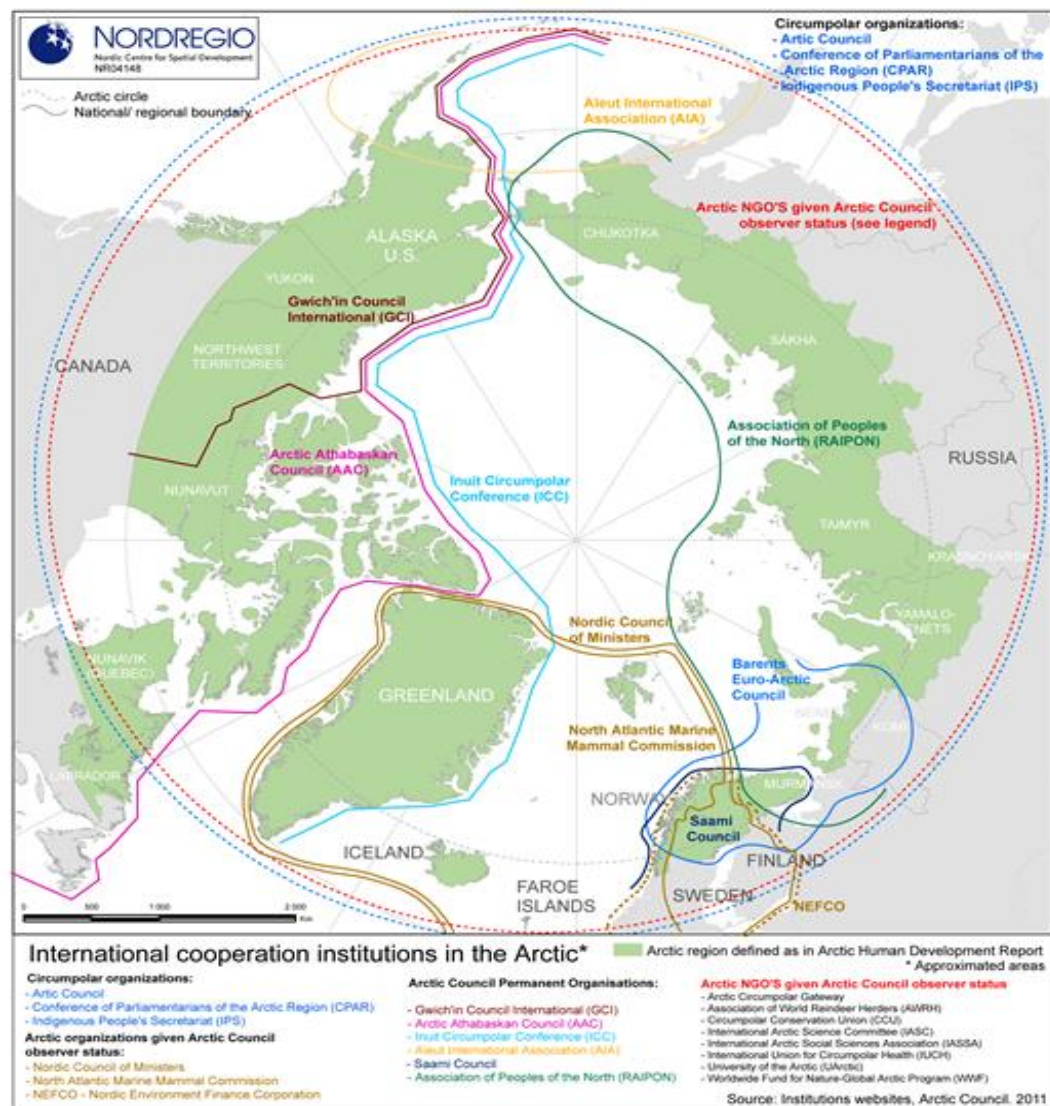


Figura 16 - Organizações Internacionais de cooperação no Ártico

Fonte: (Nordregio, 2016).

Capítulo III - O Ártico e o Canadá

1. Os Fundamentos: uma perspectiva histórico-evolutiva

Há muito que a região do Ártico é alvo de cobiça por parte de vários aventureiros e exploradores, na esperança de encurtar distâncias por mar entre a Europa e a Ásia, *“Découvrir le passage du Nord-Ouest était l’objectif de nombreux explorateurs; longtemps, ils ont cherché le moyen de rejoindre l’Asie en empruntant une route passant par l’Atlantique Nord. Très vite, en effet, l’évidence cartographique vint conforter les ambitions des explorateurs: il devait être possible de trouver une route plus courte par l’Arctique, contournant la Russie ou l’Amérique du Nord par le nord. Contrairement à Christophe Colomb et Jacques Cartier, c’est vers le nord du nouveau continent que Frobisher (1576-78), Davis (1585), Hudson (1610), Baffin (1616), Ross (1818), Parry (1821) et Franklin (1845) espéraient découvrir la route qui contournerait l’Amérique du Nord et déboucherait sur les richesses de l’Orient.”* (Lasserre, 2004: 399).

O Canadá tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1867. Inicialmente, a região Ártica do Canadá não fazia parte da nova Confederação¹. Só a partir de 1960 é que as suas regiões nórdicas se tornaram parte integrante da Federação² e só em 1962 os habitantes destas regiões adquiriram o direito de voto. Apesar de a distância ao poder ter sido reduzida, o Canadá atualmente é dividido em 10 províncias e três territórios mais a norte, Yukon, Territórios do Nordeste e Nunavut, como se pode verificar através da Figura 17. Este último foi criado em 1999 pondo fim a uma luta por parte dos Inuit para a sua autodeterminação que durava desde 1971, tendo-se tornado um território da Federação Canadiana desde 1 de Abril de 1999.

¹ A Confederação era constituída por apenas quatro províncias: NovaBrunswick, Nova Escócia, Ontário e Québec.

² O Canadá é uma Federação composta por dez províncias e três territórios: províncias de Colúmbia Britânica, Alberta, Saskatchewan, Manitoba, Ontário, Québec, Novo Brunswick, Nova Escócia, Ilha do Príncipe Eduardo, Terra Nova e Labrador, Territórios do Yukon, do Noroeste e Nunavut.



Figura 17 - Divisão administrativa do Canadá

Fonte: (Atlas Canada, 2016).

O Ártico que foi considerado uma fronteira durante a “Guerra Fria”, é agora considerado uma linha da frente para os novos desafios e oportunidades trazidos para a “frente” pelos novos acontecimentos, novas tendências e oportunidades.

“The challenges mostly take the shape of transboundary environmental threats — persistent organic pollutants, climate change, nuclear waste — that are having dangerously increasing impacts on the health and vitality of human beings, northern lands, waters and animal life. The opportunities are driven by increasingly confident northern societies who, drawing on their traditional values, stand poised to take up the challenges presented by globalization. Whereas the politics of the Cold War dictated that the Arctic region be treated as part of a broader strategy of exclusion and confrontation, now the politics of globalization and power diffusion highlight the

importance of the circumpolar world as an area for inclusion and co-operation..” (Canada, 2000: 1).

Uma vez terminada a “Guerra Fria” ambos os lados permitiram a dispersão das suas forças e durante os anos 90 do século XX, *“most of the Arctic states shifted their focus from military concerns to ones associated with constabulary duties, such as environmental protection and fishery patrols. One of the most significant international security actions undertaken by the Arctic states was the United States and Norway’s assistance with the safe decommissioning of the Russian government’s nuclear-powered submarine forces. With the collapse of the Russian economy following the disintegration of the Soviet Union, all of the Russian armed forces fell into disarray. Ex-Soviet submarines were simply allowed to rot in harbour. International concern grew that the nuclear reactors left on board could suffer a meltdown or breach thereby posing a serious environmental threat. The United States, Norway and Russia created the Arctic Military Environmental Cooperation Program (AMEC), which provided substantial resources to properly decommission these submarines and to safely store the radioactive materials. In time, the G-8 also agreed to assist through the G-8 Global Partnership Program for the Dismantlement of Russian Submarines.”* (Huebert, 2010:3). Durante os anos 90, como atrás mencionámos, a essência da política do Canadá evoluía no sentido de que o Ártico necessitava ser desenvolvido de um modo cooperativo e segundo Rob Huebert *“All official documentation specifically stated that the need for military security in the region had ended with the fall of the USSR. There were no official publications that raised concerns regarding traditional security issues. Instead, the focus was clearly on issues of environmental security...”* (Huebert, 2010: 6). No entanto, a alteração a este *statu quo* começou a verificar-se no início dos anos 2000, quando o Canadá se tornou um dos primeiros Estados da região, a discutir publicamente a reconstrução das suas capacidades de segurança no Ártico. Tendo sido, por essa altura lançadas duas iniciativas para escrutinar as necessidades do Canadá nesse campo, do ponto de vista interno e externo, que levaram à criação de vários documentos sobre a defesa, a diplomacia, o desenvolvimento e o comércio internacional, ficando assim claro que o Canadá tinha necessidade de melhorar a sua capacidade de proteção da região do Ártico. Antecipando-se ao aumento de atividade na região por parte de outros atores internacionais, devido às alterações climáticas e suas consequências, assim como a uma necessidade de agir, o governo canadiano começou a desenvolver uma política nacional para o Ártico que estabelecia uma postura do governo face ao Norte, sob o nome de *“Northern Strategy”* (Government of Canada, 2009). Esta Estratégia para

o norte seria construída sobre sete pilares sendo um deles: “*Reinforcing Sovereignty, National Security and Circumpolar Cooperation*” (Government of Canada, 2009: 9). Em 2008 foi publicada a “*Canada First Defence Strategy*” onde é demonstrada a preocupação sobre a capacidade do Canadá proteger o seu “Norte”: “*In Canada’s Arctic region, changing weather patterns are altering the environment, making it more accessible to sea traffic and economic activity. Retreating ice cover has opened the way for increased shipping, tourism and resource exploration, and new transportation routes are being considered, including through the Northwest Passage. While this promises substantial economic benefits for Canada, it has also brought new challenges from other shores. These changes in the Arctic could also spark an increase in illegal activity, with important implications for Canadian sovereignty and security and a potential requirement for additional military support.*” (Canada, 2008: 6). Em 2009 é publicada a Estratégia do Canadá para o “Norte”, intitulada “*Canada’s Northern Strategy Our North, Our Heritage, Our Future*”, um documento baseado em quatro pilares, sendo um deles “*Exercising Our Arctic Sovereignty*” (Canada, 2009: 9).

2. O Interesse Nacional, interpretação e debate

O Canadá é o Estado a seguir à Rússia que maior costa tem para o Ártico, representando o “Norte” 40% do seu território. A sua população aproxima-se dos 36 milhões de pessoas, das quais apenas perto de 130 mil habitam o “Norte” canadiano. Pode verificar-se, também, através do gráfico a seguir representado na Figura 18, que a população canadiana está a envelhecer, e que o seu crescimento se deve, fundamentalmente, à imigração. De acordo com os dados do gráfico constante da Figura 19, podemos também verificar que os canadianos são um povo com um grande sentido patriótico.

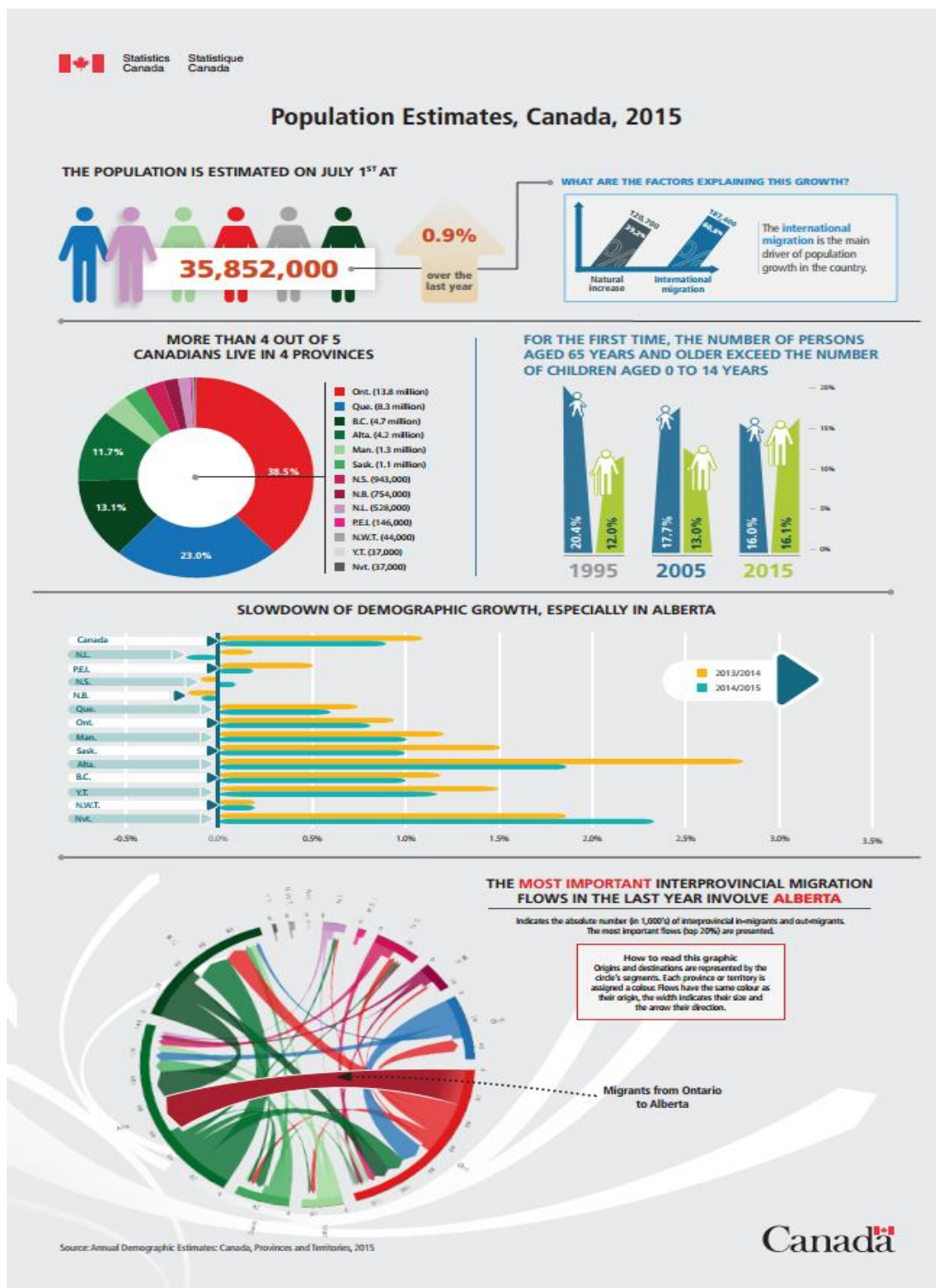


Figura 18 - Indicadores demográficos do Canadá

Fonte: (Statistics Canada, 2016).

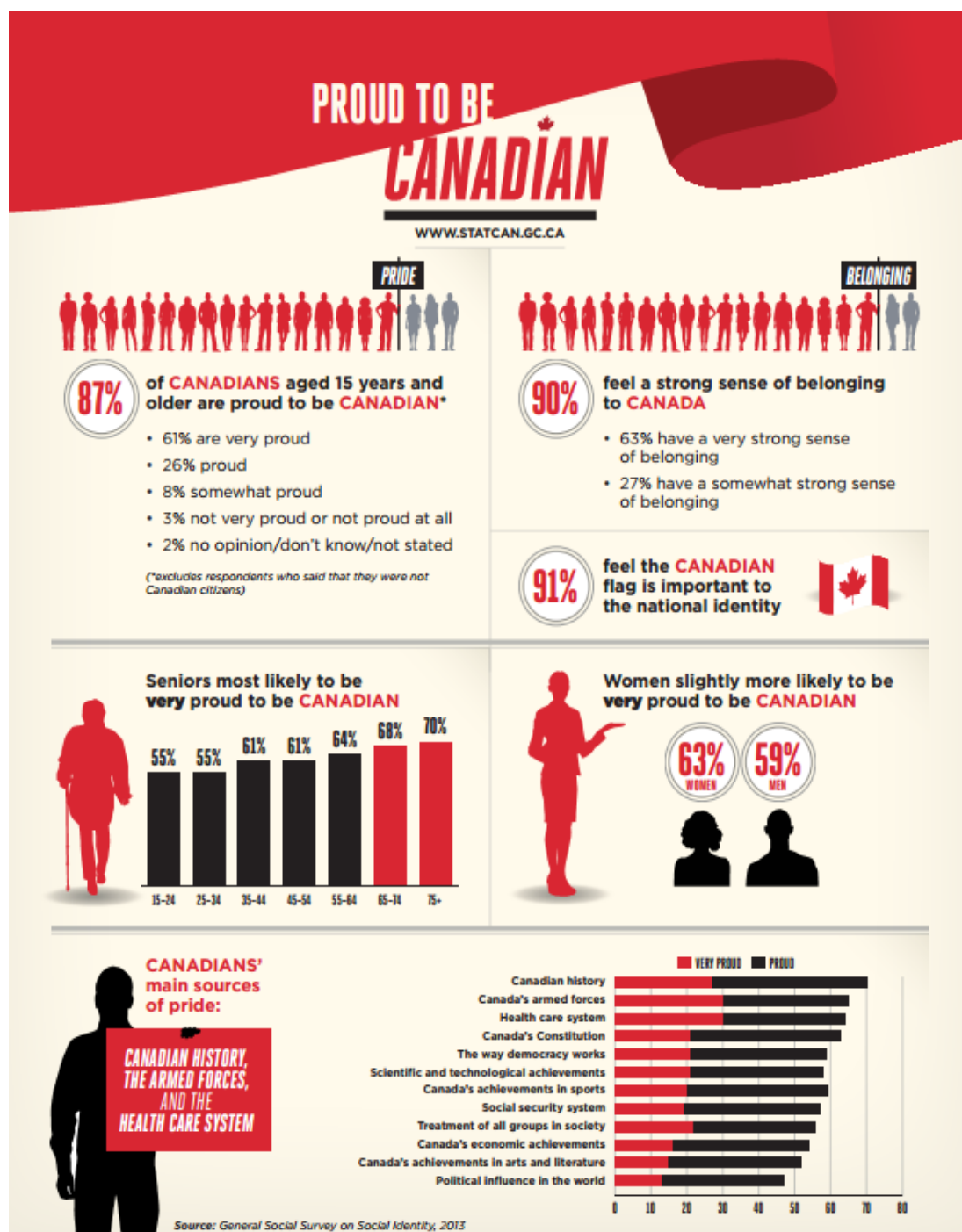


Figura 19 - Motivos de orgulho para os Canadianos

Fonte: (Statistics Canada, 2016).

“Like Norway, Canada has invested heavily in its Arctic defense and security capabilities. Unlike Norway, the Canadians have made it clear that they do not want NATO involved in the Arctic. Generally speaking, there is a concern inside Canada that non-Arctic NATO countries favor an alliance role in the Arctic because it would afford them influence in an area where they otherwise would have none. It is likely that Canadian opposition was the reason why the Arctic region was not mentioned in the 2010 Strategic Concept or the 2012 Chicago summit declaration. As a sovereign nation-state, Canada has a prerogative to determine what role, if any, NATO should have in Canada’s Arctic region.” (Coffey, 2012: 3). A região do Ártico é sobejamente referenciada em debates envolvendo a soberania do Canadá. As alterações climáticas e o degelo da região apresentam-se como um novo desafio a ter em conta devido à facilidade de circulação expectável nesta região e, no caso do Canadá, devido à possibilidade de circulação pela passagem do Noroeste, que, para o Canadá, é considerada como fazendo parte das suas águas territoriais e do seu espaço soberano, enquanto os Estados Unidos as consideram águas internacionais. Além disso *“... the Arctic is a vast and remote territory that presents many difficulties in terms of surveillance, regulation and infrastructure development.”* (Carnaghan e Goody, 2006: 1). O Canadá tem interesse em afirmar-se como líder global no Ártico no campo da investigação científica e tecnológica, como é bem patente na sua Estratégia de 2009, quando refere que *“Science and technology form an important foundation for Canada’s Northern Strategy priorities and provide the knowledge necessary for sound policy and decision-making.”* (...), *“Through scientific collaboration with organizations such as the United Nations, World Meteorological Organization, International Maritime Organization and the Arctic Council, Canada is building the baseline of knowledge on the Arctic environment and forming important partnerships around the world.”* (Government of Canada, 2009: 24). Neste sentido, e, para assegurar e contribuir para essa desejada liderança, o Canadá comprometeu-se a instalar uma estação de pesquisa e investigação na região ártica. Para assegurar os seus interesses, o Canadá já investiu cerca de 109 milhões de dólares canadianos em ciência e investigação no Ártico para consubstanciar as suas pretensões em relação à extensão da sua plataforma continental (Conley e Kraut, 2010: 17). Neste contexto, há que destacar o facto de as pretensões russas e americanas serem consideradas ameaças quer aos interesses económicos, quer à soberania canadianas. Desta forma, e para assegurar a sua segurança e defesa, o Canadá tem vindo a desenvolver e a investir nas suas capacidades para poder exercer

um controlo efetivo e defender a sua soberania na região que, com os efeitos das alterações climáticas, se tornou mais apetecível para a circulação através da Passagem do Noroeste, expondo-se assim a outras atividades menos desejáveis, tais como o tráfico de droga ou, ainda, ao terrorismo:

“The threat is not just oil spills and not just commercial vessels moving through. The threat is drugs and the threat is terrorism. And we’ve got to counteract that. The Canadian government has made significant commitments to acquire urgently needed equipment to prepare the Coast Guard for any threats that may arise.” (Conley e Kraut, 2010:17). Para Lasserre *“La réponse canadienne à la question de l’affirmation de sa souveraineté est essentiellement juridique.”* (2004: 413).

Capítulo IV - O Canadá e a Política Externa para o Ártico no século XXI

1. Ideologia Política

Em relação à ideologia política, e como afirma o Professor Sousa Lara, “...*Não é possível demonstrar todos os pressupostos, quer ideais, quer materiais das ideologias, das doutrinas e das teorias políticas. O que equivale a transpor tal impossibilidade para os próprios fenómenos em apreço.*” (Lara, 2016: 52). Deste modo, restringimos a nossa análise à ideologia explícita no Estado. O Canadá considera-se uma nação nórdica, tendo o “Norte”, e a região Ártica como seu património e fazendo parte da sua identidade nacional (Government of Canada, 2009: 1). Considera, também, os povos indígenas como fazendo parte do seu património e herança histórica, com eles contando- para o futuro, algo que está patente na sua Estratégia para o “Norte” intitulada “*Canada’s Northern Strategy Our North, Our Heritage, Our Future*”, na introdução da qual se pode ler: “*Canada is a Northern nation. The North is a fundamental part of our heritage and our national identity, and it is vital to our future. The North is home to many Inuit and other Aboriginal peoples, as well as those drawn there from around the world. Our government recognizes the tremendous opportunities – as well as the many challenges – that exist in the North today. That is why we are allocating more resources and attention to Northern issues than at any time in our country’s history.*” (Government of Canada, 2009: 1). Esta Estratégia foi publicada com a anuência do Ministro canadiano dos Assuntos Aborígenes e Desenvolvimento do Norte “*Minister of Aboriginal Affairs and Northern Development*”, que é o interlocutor federal no que a esses assuntos diz respeito.

2. Os meios

“*Canada’s dual-track strategy of diplomacy and defense has eased concerns of armed conflict and contributed to constructive engagement within the framework of international governing institutions.*” (Conley e Kraut, 2010: 17). De facto, o Canadá

tem vindo a seguir a via diplomática para a resolução das suas disputas no Ártico, sempre que possível através das instituições e fóruns de cooperação internacionais ou Organizações não-governamentais (ONG), tais como o Conselho do Ártico, as Nações Unidas (ONU) ou associações indígenas locais. Tal Estratégia permite assegurar, assim, uma maior e melhor relação entre os povos indígenas locais e o governo canadiano. Ultimamente tem vindo a dar ênfase à modernização e reequipamento das suas Forças Armadas para um melhoramento das suas capacidades de atuação numa região com um clima tão exigente como o desta região polar (Government of Canada, 2008). Constituindo estas, um dos meios mais importantes de que o Canadá pode dispor, faz todo o sentido o investimento que tem vindo a fazer tanto em recursos humanos como em material, para que possa atingir os objetivos estipulados na sua Estratégia de defesa, provendo a segurança dos seus cidadãos e afirmar a sua soberania. O objetivo associado ao reforço deste meio passa por assegurar a existência de condições para que as Forças Armadas Canadianas possam controlar e monitorizar o território nacional, manter capacidades de busca e salvamento, assim como a possibilidade de assistir as autoridades civis quando e como for necessário. Na sua Estratégia, o Canadá assume que constitui seu objetivo aumentar os números dos recursos humanos disponíveis até aos 100 mil elementos; em relação ao material as pretensões são de adquirir 15 embarcações, 17 aeronaves de asa fixa para busca e salvamento, 65 caças de nova geração para defesa da sua soberania assim como para participar no sistema NORAD. Pretende, ainda, adquirir 10 a 12 aeronaves de patrulha marítima, existindo igualmente pretensões para a aquisição de veículos de combate terrestre (Government of Canada, 2008). No entanto, é importante destacar que para além da via diplomática que tem vindo a ser a mais utilizada, o Canadá estará pronto, se necessário, para agir de forma mais agressiva para defender os seus interesses:

“Canada has already moved to bolster its military presence in the Arctic and made clear that it will act unilaterally to protect its interests.” (Conley e Kraut, 2010:17). Na sua Estratégia de 2010 *“Statement on Canada's Arctic Foreign Policy”* afirma como prioridades do governo para o Ártico o desenvolvimento económico e social, proteção ambiental, administração do território e a soberania Canadiana. Reconhece que o Canadá deve aumentar as suas capacidades de acordo com as prioridades na arena internacional, para melhor resolver problemas com outros, dá prioridade à cooperação e às relações bilaterais com os vizinhos do Ártico dando relevância ao Conselho do Ártico. Considera os EUA como o seu principal parceiro no Ártico.

“Through our Arctic foreign policy, we will deliver on the international dimension of our Northern Strategy. We will show leadership in demonstrating responsible stewardship while we build a region responsive to Canadian interests and values, secure in the knowledge that the North is our home and our destiny.” (Government of Canada, 2010). O Canadá pretende assim mostrar que está em controlo do seu “Norte”, a lutar pelos seus interesses e prontos a dar respostas, salientando o seu respeito pelo direito internacional e a resolução diplomática dos conflitos sem nunca hesitar no seu compromisso de proteger o “Norte” (Government of Canada, 2010).

3. Os fundamentos

De acordo com Natalie Michajlyszyn, a fronteira norte do Canadá, o Ártico teve uma elevada importância para a segurança e defesa do Estado, apesar de o seu papel neste campo se ter alterado ao longo dos tempos. Em 1971 a maior ênfase seria sobre a soberania no Ártico enquanto, por exemplo, em 1987 a ênfase seria sobre as capacidades de defesa do Canadá no Ártico. *“More recently, the effects of climate change have served to add another dimension to an already complex policy area, and once again the challenge for Canada is to adapt its Arctic security and defence strategy to meet changing threats.”* (Michajlyszyn, 2008: 1).

O Ártico para o Canadá é fundamental para a sua identidade nacional, é a casa de muitos canadianos, incluindo os povos nativos. Para os canadianos, o Ártico faz parte da cultura e da história do Canadá. Por isso, para o Canadá, sendo os novos desafios e oportunidades emergentes um resultado das alterações climáticas que se fazem sentir na região, é expectável que como consequência de tal facto a importância geopolítica daquela se faça sentir também através da maior atenção de que a mesma será alvo, assim como os seus recursos e potencial aumento da circulação marítima através do Ártico, o que exigirá particular atenção. Esta atitude para com o Ártico advém não só da importância dos vários fatores anteriormente mencionados, mas também pelo facto de o Norte representar 40% do território canadiano, e dos recursos naturais aí contidos. Isto está bem patente no hino nacional que se pode ver na Figura 20, e é constante.



Figura 20 - Hino do Canadá

Fonte: (Government of Canada, 2016).

“The geopolitical importance of the Arctic and Canada’s interests in it have never been greater. This is why our government has launched an ambitious Northern Agenda based on the timeless responsibility imposed by our national anthem, to keep the True North strong and free.”, palavras do Primeiro Ministro Stephen Harper em 28 de Agosto de 2008 em Inuvik nos Territórios do Noroeste durante um discurso (Canada, 2013: 5).

4. Os Instrumentos

a. Estratégias para o Ártico

Os Estados do Ártico tendo em vista os seus objetivos estratégicos nesta região, sintetizaram as suas principais linhas de ação que servem de base para a condução das suas políticas. Tendo sido estes os documentos que nos serviram de base para este trabalho de investigação, importa, assim, conservarmos um olhar crítico sobre os mesmos, tendo por base a dicotomia “poder versus interesses existentes por parte dos Estados”. Tendo também presente que “...o silêncio, a imagem e a falta de autenticidade têm que ser sempre equacionados quando se verifica o recurso às fontes primárias porque emanadas diretamente dos órgãos do poder efetivo.” (Balão, 2010: 36).

O Canadá, um dos 5 principais Estados costeiros do Ártico a produzir doutrina para a região e a redigir uma Estratégia, no início dos anos 2000 fez sair e adotou um documento oficial com o título “*The Northern Dimension of Canada’s Northern Policy*”. Em 2008 foi publicada a Estratégia de defesa “*Canada First- Defence Strategy*”, em 2009 foi publicada a Estratégia para o “Norte”, intitulada “*Canada’s Northern Strategy - Our North, Our Heritage, Our Future*” a que nos temos vindo a referir. Em 2010 foi publicada uma apresentação atualizada da mesma “*Statement on Canada’s Arctic Foreign Policy*”. As principais orientações desta Estratégia são: a proteção da soberania do Canadá no Ártico e a afirmação dos seus direitos na região com a sua dimensão interna e externa. De acordo com esta Estratégia (Government of Canada, 2009) e no que respeita à dimensão interna da sua soberania as pretensões passam pela criação/definição de um quadro legal, económico e social para o norte do Canadá, assim como de um quadro institucional para esta região e para a investigação científica. Entretanto, o Canadá modificou a sua legislação nacional com vista a fortalecer os requisitos ambientais dos navios estrangeiros que cruzam as suas águas territoriais, sendo também exigido que esses navios alertem a guarda costeira canadiana, algo que não é visto com bons olhos por parte de alguns Estados nomeadamente os Estados Unidos. A dimensão externa da soberania do Canadá no Ártico inclui, por sua vez, três aspetos principais: a resolução das disputas com a sua vizinhança próxima, a expansão da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) através do incremento da sua

plataforma continental no Ártico e o desenvolvimento da cooperação multilateral na região incluindo o reforço da segurança face a desafios naturais ou causados pelo homem. A Estratégia enfatiza que, para além de e junto com os mecanismos económicos e político-legais para proteger e defender a sua soberania no Ártico e no seu território nacional, o Canadá utilizará, se necessário, os instrumentos militares ao seu alcance ao mesmo tempo que pretende aumentar a sua presença e o controlo sobre a região.

Em relação ao desenvolvimento social e económico do seu “Norte” a aposta vai para um vasto programa de indústrias de extração e desenvolvimento de infraestruturas na região tendo em conta a conservação e desenvolvimento das infraestruturas dos povos indígenas. Num futuro próximo, as principais fontes de riqueza associadas à região passam pela exploração de gás e de minas de diamantes, ao nível do desenvolvimento social e económico estão contemplados subsídios federais para o desenvolvimento da saúde, educação e serviços sociais.

Em relação à proteção do meio ambiente e adaptação às alterações climáticas, a Estratégia refere que a conservação dos ecossistemas será tida em conta, assim com a implementação de parques nacionais, a transição para a utilização de energias não poluidoras, renováveis de acordo com os “*standards*” internacionais tendo em vista a preservação de uma posição de liderança em investigação no Ártico. (Government of Canada, 2009).

O desenvolvimento da governação, atividades políticas e económicas, como parte do desenvolvimento dos territórios mais a norte, através de uma política de descentralização e de transferência de poderes para as comunidades indígenas, vai ao encontro das prioridades de Ottawa e da sua política para o Ártico, fazendo parte de uma Estratégia mais orientada para o interior que para o exterior. Em relação à presença militar na região e atividades conexas, estas são orientadas no sentido de proteger os interesses económicos do Estado no Ártico e reforçar a segurança. O Canadá tem vindo a realizar exercícios militares na região desde 2008 em conjunto com outros Estados, nomeadamente os Estados Unidos e a Dinamarca, com o objetivo de proteger e afirmar a sua soberania nestes territórios (Government of Canada, 2009).

b. Estratégia de Defesa do Canadá

De acordo com a Estratégia de Defesa do Canada (Government of Canada, 2008) em 2006, o executivo começou a lançar as bases para umas Forças Armadas mais integradas, adaptáveis e capazes através do reconhecimento das suas forças armadas como uma instituição essencial para a segurança e prosperidade do Estado. Começou então a efetuar investimentos significativos para colmatar faltas ao nível dos recursos humanos e do material. Presentemente a Política de Defesa do Canadá é conduzida através da última revisão da Estratégia de Defesa do Canadá, a “Canada First Defence Strategy”, publicada em 2008. Era um documento abrangente ao nível da distribuição do financiamento do orçamento da Defesa, áreas em que o governo pretendia aumentar a presença militar e as missões principais das Forças Armadas Canadianas. Com esta Estratégia de Defesa, o Canadá pretendia atingir um patamar de excelência das suas forças armadas, através de um equilíbrio entre as necessidades do momento e as que se pensava virem a ser no futuro, para que pudessem fazer face aos vários desafios. Ao reconhecer que o ambiente de segurança a nível global e que as capacidades para o enfrentar evoluíam, o executivo comprometeu-se a rever periodicamente a Estratégia para que possa assim dar resposta às necessidades dos militares e do povo canadiano em geral. A Estratégia de Defesa “Canada First” fornece um plano de ação detalhado para a modernização das forças armadas canadianas, as quais terão que atingir e manter capacidades para a condução e cumprimento de seis missões principais, em território canadiano, na América do Norte e globalmente: a condução de operações de rotina diária a nível nacional e continental, incluindo o Ártico e o “North American Aerospace Defense Command” (NORAD); apoiar um evento internacional como os jogos olímpicos; dar resposta a um ataque terrorista; apoiar as autoridades civis numa crise ou desastre natural; liderar e realizar uma operação militar durante um período de tempo alargado; e ter capacidade de enviar forças em resposta a crises noutros pontos do globo por curtos períodos. Tudo isto está assente em quatro pilares considerados fundamentais, são eles, o pessoal ou recursos humanos; o equipamento; as infraestruturas e o estado de prontidão das forças, as Figuras 21 e 22 são disso ilustrativas. Recentemente foi feita uma consulta à população canadiana, entre 6 de abril de 2016 e 31 de julho de 2016 com vista à revisão da Política de Defesa do Canadá e que envolvia temas tais como: Tendências internacionais e domésticas, ameaças e dificuldades a enfrentar pelo Canadá; A função das Forças Armadas em resposta a essas tendências; Quais os recursos

necessários para que as Forças Armadas cumpram estas missões “*Domestic and international trends, threats and challenges facing Canada; The role of the military in responding to these trends; and, How the military should be resourced to carry out these tasks.*”. (Government of Canada, 2016c). Até ao momento, existem alguns relatórios preliminares com resultados das consultas feitas através de várias fontes, internet, redes sociais e mesas redondas que apontam no sentido de os canadianos neste momento estarem mais preocupados com questões de segurança interna e afirmação da sua soberania no Ártico, em detrimento da participação em missões externas dando realce às Organizações Internacionais através das quais o Canadá tem participado em ações conjuntas.

Chart 3

Canada First Defence Strategy – Total Defence Spending

2008–09 to 2027–28 (Accrual Numbers)

PILLAR	AMOUNT	% OF TOTAL	REMARKS
Personnel	\$250B	51%	70,000 Regular and 30,000 Reserve personnel by 2028; includes 25,000 civilian workforce
Equipment			
– Previous Announcements	\$15B ¹	3%	Previously announced equipment purchases, including: <ul style="list-style-type: none"> • C-17 Globemasters • C-130J Hercules • Arctic/Offshore Patrol Ships • CH-47F Chinook Helicopters • Trucks
– New Major Fleet Replacements	\$20B ²	4%	<ul style="list-style-type: none"> • Fixed-wing Search and Rescue Aircraft • Destroyers and Frigates • Maritime Patrol Aircraft • Fighter Aircraft • Land Combat Vehicles and Systems
– Other Capital	\$25B	5%	Includes individual weapons, communications equipment, etc.
Infrastructure	\$40B	8%	Increased investment in rebuilding and maintenance of infrastructure of approximately \$100M/year
Readiness	\$140B	29%	Approximately \$140M/year in new spending on spare parts, maintenance and training
Total Spending over 20 Years	\$490B	100%	

Note 1: This figure reflects only the capital component of this equipment over the 20-year period. The previously announced total of \$30B includes the capital and in-service support costs over the full life of the equipment.

Note 2: This figure represents the capital costs of the new Major Fleet Replacements during the 20-year period reflected in the chart. The total capital costs of these platforms amortized over their useful life, which extend beyond this 20-year period, amount to \$45-50B.

Figura 21 - Previsão de gastos com a defesa de 2008 a 2028

Fonte: (Government of Canada, 2009).

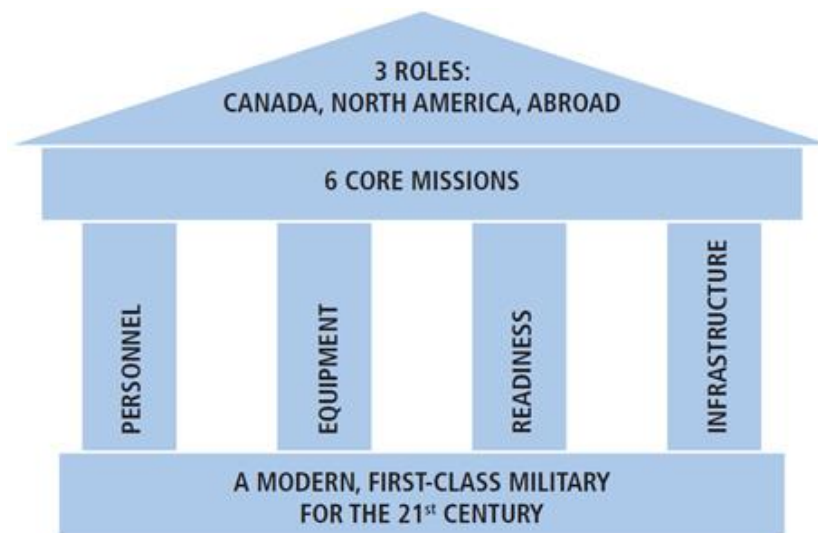


Figura 22 - Resumo da Estratégia das Forças Armadas Canadianas

Fonte: (Government of Canada, 2008).

“The defence review also alludes to domestic operations, which will always be possible, and other possible concerns such as infectious disease or sovereignty crisis. Some defence analysts also suggest that climate may become more of a pressing issue, when long-term effects of previous industrial decisions begin to take their toll.” (Robertson, 2015: 1).



Figura 23 - Localização de aquartelamentos das Forças Armadas Canadianas

Fonte: (Lajeunesse, 2015: 6).

Conclusão

O Canadá tem enorme orgulho na sua identidade Ártica, e é um defensor da sua soberania nesta região vendo-a como parte integrante do seu território e dos seus desígnios, fazendo parte do seu Interesse Nacional, implícito e explícito. A região do Ártico já foi considerada como “*Polar Wastes*” uma “barreira gelada” e com relativamente pouco interesse mas, atualmente, é considerada uma região que desperta interesses vários devido, sobretudo, aos efeitos do degelo em geral e à maior facilidade de navegação nas águas da região, daí decorrente, em particular. Apesar disso, continua a ser uma região de clima rigoroso que tem os seus efeitos adversos nas várias atividades desenvolvidas pelo Homem. Como referido anteriormente, o Canadá tem interesses vários nesta região, onde explicitamente pretende afirmar-se como líder mundial no campo da investigação científica e tecnológica. A população canadiana considera esta região como historicamente sua, assumindo que o Estado canadiano tem como desígnio a manutenção de um “Norte forte e livre” ao mesmo tempo que apoia as políticas de uma maior utilização desse mesmo “Norte” em proveito do Canadá e do seu povo. Podemos, assim, afirmar que o Interesse Nacional do Canadá para com a região é também implícito, decorrendo igualmente da História e das suas tradições, de um percurso coletivo e de uma vontade coletiva secularmente demonstrada bem como das gerações do tempo presente.

Em relação às leis internacionais no Ártico, nomeadamente a CNUDM e a Convenção da ONU sobre Alterações Climáticas, todos os Estados são unânimes em considerar e respeitar, até à data. Existem preocupações por parte do Canadá com as alterações climáticas e com os efeitos delas resultantes e suas repercussões, essas preocupações afetam também as populações indígenas e a importância da sua participação em tudo o que vier a ser definido para o Ártico.

Avançando para as nossas hipóteses:

H1- Os efeitos das alterações climáticas constituem-se como potencial motivo para a conflitualidade na região e justificação para o rearmamento do Canadá; consideramos que foi validada. Apesar de o discurso vigente argumentar a favor de soluções pacíficas para as questões do Ártico e da proteção do ambiente, o facto é que o degelo facilita a navegação e por conseguinte um mais fácil acesso aos seus recursos, aumentando a probabilidade de possíveis conflitos no futuro, existindo ainda várias

situações pendentes. Num século em que as principais causas de competição entre os povos e os Estados estará centrada nos recursos naturais, só nos resta o “bom senso” dos nossos decisores. Em relação ao rearmamento e modernização das forças armadas do Canadá, ou seja a “corrida às armas”, não parecem restar dúvidas, pelo menos em fontes oficiais, se bem que até à data nenhum programa foi concluído mas também ainda não deixou de o ser por terem sido ultrapassados prazos de execução.

H2- A militarização do Ártico deve-se a preocupações com a segurança de fronteiras, linhas de comunicação e recursos energéticos; consideramos que esta hipótese foi também validada, visto estarem a ser desenvolvidas Estratégias para a região que contemplam um aumento de equipamentos e forças militares a serem desenvolvidos para operar no Ártico e a realização de exercícios militares, não só pelo Canadá mas também por outros Estados da região. Estas Estratégias contemplam igualmente operações de busca e salvamento e a segurança marítima e proteção da sua soberania assim como dos seus recursos e os seus interesses ao nível das suas ZEE`s e da plataforma continental. Estes meios desenvolvidos com múltiplas capacidades visam também a proteção da soberania dos Estados assim como o uso da força em caso de necessidade de afirmação dessa mesma soberania.

Por fim, a nossa questão de partida:

Quais as características da Política Externa do Canadá para o Ártico no século XXI?

A Política Externa do Canadá prevê a utilização dos vários meios ao seu dispor para fazer valer as suas pretensões. O Canadá pretende tomar a dianteira na investigação científica no Ártico em colaboração com os seus vizinhos no Ártico, afirmando desta forma a sua soberania na região através de vários acordos bilaterais celebrados entre os vários Estados árticos. O Canadá através dos documentos oficiais afirma que pretende que esta seja uma região com regras bem definidas, com fronteiras delineadas e uma região de prosperidade para os seus povos. O Canadá demonstra assim externamente que o Ártico e o seu “Norte” fazem parte do seu Interesse Nacional e que se pretende “estabelecer” de forma definitiva e inequívoca na região, tanto através da presença das suas Forças Armadas como das suas instalações de investigação científica.

Quais os instrumentos de Política Externa previstos e utilizados na resolução de disputas, nomeadamente pelo Canadá na região do Ártico? Verificou-se que o Canadá tem uma política externa de dupla valência, ou seja: desenvolvida em duas direções. Por um lado, a valência diplomática, o “*Soft Power*”, através da qual firma

acordos internacionais no seio de instituições intergovernamentais e acordos bilaterais com os Estados do ártico em várias vertentes.

Por outro lado o Canadá não tem deixado esquecido o seu lado de “*Hard Power*” e tem vindo a desenvolver meios com o objetivo de ter forças armadas com capacidades de enfrentar novos desafios tanto a nível nacional como a nível internacional, como vem demonstrado na sua Estratégia. A dupla vertente de diplomacia e defesa tem contribuído para acalmar as preocupações com um conflito armado na região e para o estabelecimento de compromissos construtivos com os outros intervenientes. O Canadá tem privilegiado os acordos bilaterais, primeiro por serem mais céleres, em segundo lugar, por evitarem desconfianças desnecessárias entre os Estados do Ártico visto haver Estados que pertencem a várias Organizações Internacionais com interesses antagónicos, fazendo desta forma com que o Canadá tenha que gerir essas situações “com pinças”.

Os documentos que foram elaborados durante o anterior governo têm sido alvo das mais variadas críticas, nomeadamente, que apenas serviram para criar um mito de identidade nacional, “...*This is politically useful to the PM, but it goes beyond that,*” *the former aide says. “There’s a danger in a country that absorbs immigrants at the rate we do that if you don’t have a set of norms, a set of stories about yourself, the kind of myths and narratives that create a national identity that you cease to be a nation. ... The Prime Minister’s a big believer in the idea that nations are built by narratives – stories they tell themselves.”* (Chase, 2015: 3), visto ser um Estado de acolhimento para muitos imigrantes e também por ser um Estado ainda “jovem”, acrescentaríamos nós. O mesmo autor acrescenta que a forma como foram redigidos os documentos faz parecer que o território canadiano e a sua soberania estão em perigo. Até à data o que vem mencionado nos documentos ainda não falhou, porque os prazos de conclusão ainda não foram ultrapassados, apontando para 2017. Há várias vozes dissonantes que referem que os fundos previstos nos documentos seriam melhor utilizados noutras rubricas (Chase, 2015: 4). Outros afirmam que a Estratégia por detrás de todos os documentos teria o objetivo de “juntar” os canadianos das várias proveniências à volta de um “mito” nacional, explorando o orgulho dos canadianos para uma mais fácil prossecução dos objetivos políticos (Chase, 2015: 3). De acordo com (Dean, Lackenbauer e Lajeunesse, 2014: 69), a cooperação, a diplomacia e o respeito pelo direito internacional tem sido a abordagem preferida pelo Canadá no Ártico sem recuar no compromisso de proteger o seu “Norte”. Acresce ainda dizer que em relação à definição do “Norte” logo acima do paralelo 60° e não só do 66° demonstra uma clara intenção do Canadá em manter fora

desta região outros Estados e Organizações, nomeadamente a NATO, procurando evitar o mais possível a influência de atores não-árticos sobre assuntos desta região (sobretudo no que se refere a matérias relacionadas com a Segurança e Defesa).

O Canadá, apesar da sua Política Externa e da sua Estratégia para o Ártico, por enquanto continuará a ter um problema de falta de população, senão imagine-se, um Estado que em termos comparativos é cento e oito vezes maior que Portugal, mas com apenas três vezes e meia a sua população. Considerando que grande parte da sua população se encontra nas cidades junto à fronteira com os Estados Unidos e às costas do Pacífico e do Atlântico, atentando à Figura -18 desta Dissertação verificamos que a população está a envelhecer apesar do seu crescimento devido à imigração, na minha opinião é seguro afirmar que o Canadá tem um problema demográfico que perdurará. No seu “Norte” além da fraca demografia é de salientar também o clima severo que dificulta qualquer tipo de operação no terreno. Em relação à passagem do Noroeste é incerto quanto tempo resta para que as alterações climáticas que se fazem sentir ditem a sua vontade. As disputas tanto no mar de Beaufort ou da ilha de Hans por enquanto parecem estar “congeladas”.

Num futuro próximo seria interessante indagar a existência de relatórios de execução e os resultados obtidos através da Estratégia e da Política Externa, após 2017, data da conclusão de alguns programas enumerados nestes documentos.

Bibliografia

1. Fontes literárias

AZEVEDO, MÁRIO (2009). *Teses, relatórios e trabalhos escolares: sugestões para estruturação da escrita*. - 7^a ed. - Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009- 216 pp.;23 cm. ISBN 978-972 -54-0247 -4.

BALÃO, SANDRA MARIA RODRIGUES (2015). “O Ártico no século XXI, Geopolítica Crítica e guerra”. In António de Sousa Lara (Coord.). *Em caso de Guerra*. Lisboa: Edições MGI, pp. 39-88.

BALÃO, SANDRA MARIA RODRIGUES (2014). *A Matriz do Poder Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo* (2^a edição). Lisboa, edições MGI.

BALÃO, SANDRA MARIA RODRIGUES (2012). “A PESC, a PESD, a PCSD e a Definição da Estratégia para o Ártico”. In “Tratado de Maastricht: 20 Anos Depois” - Revista Debater a Europa, Número 6, Janeiro/Junho, CIEDA/CEIS20, 2012. Lisboa. Disponível em: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>.

BALÃO, SANDRA MARIA RODRIGUES (2011). “*Globalização, Democracia, Secretismo e Terrorismo Global na senda dos Fundamentalismos Contemporâneos. Uma introdução*”. In Proelium, Revista científica da Academia Militar série VII, nº1. Lisboa, Centro de Audiovisuais do Exército/Secção de Artes Gráficas. pp. 231-271.

BALÃO, SANDRA MARIA RODRIGUES (2010). *Globalização, Geopolítica, Geografias de Poder e a (s) Estratégia (s) para o Ártico*. Policopiado, Trabalho de Investigação Final do Curso de Auditores de Defesa Nacional. Lisboa: Ed. Autor.

BAPTISTA, ANA RITA PEREIRA (2015). *O Ártico- Geopolítica e Desafios Transnacionais*. Dissertação de Mestrado em Aeronáutica Militar. Lisboa, Academia da Força Aérea.

BESSA, ANTÓNIO MARQUES (2012). *O Olhar de Leviathan: uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, Universidade Autónoma.

BESSA, ANTÓNIO MARQUES (1996). *A Arte de Governar*, ISCSP, Lisboa.

BESSA, ANTÓNIO MARQUES (1979). *Dicionário Político do Ocidente*. Braga-Lisboa: Editorial Intervenção.

- BUZAN, BARRY E WEAVER, OLE** (2003). *Regions and powers. The structure of international security*. Cambridge University press. ISBN 978-0-511-07663-3.
- CORREIA, P. PEZARAT** (2002). *Manual de geopolítica e geoestratégia*. Vol I Conceitos. Teorias e Doutrinas. Coimbra: Quarteto.
- COUTO, A. CABRAL** (1988). *Elementos de Estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CRESWELL, JOHN W.** (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-363-0892-0.
- DIAS, CARLOS MENDES** (2010). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. 1ª ed. Lisboa: Prefácio.
- EUROPEAN PARLIAMENT** (2012). “Arctic Governance: Balancing Challenges and Development”. *Directorate-General for External Policies of The Union. Policy Department. Regional briefing 2012*.
- FERRÃO, EDUARDO MANUEL BRAGA DA CRUZ MENDES** (2014). “A Abertura da Rota do Ártico (Northern Passage) - Implicações políticas, diplomáticas e comerciais”. *Caderno do IESM Nº3. Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares-Centro de Investigação de Segurança e Defesa*.
- GOMES, G. SANTA CLARA** (1990). “A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional”. *Nação e Defesa nº 56*. Lisboa: IDN.
- HEININEN, LASSI** (2011). *Arctic Strategies and Policies: Inventory and Comparative Study*, 2nd edition April 2012. The Northern Research Forum & The University of Lapland.
- HOBBS, THOMAS** (1995). *Leviatã*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa.
- HOUGH, PETER** (2013). *International Politics of the Arctic: Coming in from the cold*. Routledge.
- HUEBERT, ROB** (2010). “The Newly Emerging Arctic Security Environment”. *Calgary, Canadian Defense & Foreign Affairs Institute*.
- LAJEUNESSE, ADAM** (2015). “The Canadian Armed Forces in the Arctic: Purpose, Capabilities, and Requirements”. Policy paper. SSHRC Postdoctoral Fellow, St. Jerome’s University. ISBN: 978-1-927573-35-8.
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA** (2015). *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. (8ª edição), Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA** (2009). *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*, Lisboa. DisLivro. ISBN: 978-989-639-117-7.

- LASSERRE, FRÉDÉRIC** (2004). “Les détroits arctiques canadiens et russes : souveraineté et développement de nouvelles routes maritimes“. *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 48, n° 135, 2004, pp. 397-425.
- LEAL, JOÃO LUÍS** (2012). “O Ártico como Espaço Geopolítico”. Tese de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais. Lisboa: ISCTE/IUL.
- MOREIRA, ADRIANO** (2014). *Teoria das Relações Internacionais* (8ª edição), Coimbra, Almedina.
- MOREIRA, ADRIANO** (2005). *Teoria das Relações Internacionais* (5ª edição), Coimbra, Almedina.
- MOREIRA, CARLOS DIOGO** (2007). *Planeamento e Estratégia da Investigação Social*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- NOGUEIRA, JOSE MANUEL FREIRE** (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa. Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.
- NYE JR., JOSEPH SAMUEL** (2005). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Public Affairs. Cambridge, MA.
- PEREIRA, RICARDO** (2007). “O Ártico enquanto zona de Tensão e Conflito, entre os ditames da geopolítica clássica e a ética da ecopolítica”. Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos. Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Coimbra.
- POPPER, KARL** (2005). *The Logic of Scientific Discovery*. London; New York: Routledge Classics. ISBN 0-415-27843-0.
- QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L.** (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª Ed. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO, MANUEL DE ALMEIDA** (1992). *A zona económica exclusiva*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- ROMERO, ANDRÉS** (1991). *Metodologia de Análise de Conteúdo*. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- SANTO, PAULA ESPÍRITO** (2015). *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*. 2ª edição revista e atualizada. Lisboa, Sílabo.
- SANTOS, VICTOR MARQUES DOS E FERREIRA, MARIA JOÃO MILITÃO** (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.
- SOUSA, M. J. E BAPTISTA, C. S.** (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios segundo Bolonha*: Pactor.

TEIXEIRA, NUNO SEVERIANO (2000). “Interesse Nacional e Globalização: o caso português entre a teoria e a história”. In Nuno Severiano Teixeira, José Cervaens Rodrigues, Isabel Ferreira Nunes (Coord.). *O Interesse Nacional e a Globalização*. Lisboa. Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, pp.115-128.

2. Internet e outras fontes digitais

ARCTIC COUNCIL (2016a). “20 years of the Arctic Council”. Disponível em: <http://www.arctic-council.org/index.php/en/our-work2/20th-anniversary/380-20-years-of-the-arctic-council>. Consultado em 13 de setembro de 2016.

ARCTIC COUNCIL (2016). “About Us”. Disponível em: <http://www.arctic-council.org/index.php/en/>. Consultado em 13 de setembro de 2016.

ARCTIC COUNCIL (2015). “Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic”. Disponível em: <http://www.arctic-council.org/index.php/en/our-work/agreements>. Consultado em 3 de setembro de 2016.

ARCTIC COUNCIL (2011). “Agreement on Cooperation on Aeronautical and Maritime Search and Rescue in the Arctic”. Other. Disponível em: <https://oaarchive.arctic-council.org/handle/11374/531>. Consultado em 13 de junho de 2016.

ATLAS CANADA (2016). “Natural Resources Canada”. Disponível em: <http://www.nrcan.gc.ca/earthsciences/geography/Atlascanada/referencemaps/16846#canada-outline>. Consultado em 2 de junho de 2016.

ATHROPOLIS (2016). “Map of the Arctic”. Disponível em: <http://www.athropolis.com/map2.htm>. Consultado em 13 de junho de 2016.

CATHCART, BRIAN (2007). “The greening of Greenland”. New Statesman. Disponível em: <http://www.newstatesman.com/world-affairs/2007/09/sea-ice-greenland-dogs-long>. Consultado em 20 março de 2016.

CARNAGHAN, MATTHEW E GOODY, ALLISON (2006). “Canadian Arctic Sovereignty”. Political and Social Affairs Division, Parliamentary Information and Research Service. Library of Parliament, Canada. Disponível em: <http://open.canada.ca/vl/en/doc/collections-20067021948>. Consultado em 02 de junho de 2016.

CHASE, STEVEN (2015). “The North, Myth versus reality in Stephen Harper’s northern strategy”. The Globe and Mail. Disponível em: <http://www.theglobeandmail.com/news/national/thenorth>. Consultado em 13 de setembro de 2016.

COFFEY, LUKE (2012). “NATO in the Arctic: Challenges and Opportunities”. The Heritage Foundation, Issue Brief nº3646 22 de junho de 2012. Disponível em: <http://tvernedra.ru/Natovarktike.pdf>.

CONLEY, HEATHER E KRAUT, JAMIE (2010). “U.S. Strategic Interests in the Arctic. An Assessment of Current Challenges and New Opportunities for Cooperation”. A Report of the CSIS Europe Program. Disponível em: <http://www.arcticgovernance.org/u-s-strategic-interests-in-the-arctic-an-assessment-of-current-challenges-and-new-opportunities-for-cooperation.4783283-142902.html>. Consultado em 06 de janeiro de 2016.

DEAN, RYAN LACKENBAUER, P. WHITNEY LAJEUNESSE, ADAM (2014). “Canadian Arctic Defence Policy a Synthesis of key documents, 1970-2013”. Documents on Canadian Arctic Sovereignty and Security. Disponível em: <http://arctic.ucalgary.ca/dcass-documents-canadian-arctic-sovereignty-and-security>. Consultado em 02 de setembro de 2016.

EUOBSERVER (2016). “EU’s Arctic policy targets environment, Russia”. Disponível em: <https://euobserver.com/nordic/133240#.VyHLrF45JqI.mailto>. Consultado em 27 de abril de 2016.

GLOBAL AFFAIRS CANADA (2015). “Canada and the Arctic”. Disponível em: <http://www.international.gc.ca/arctic-arctique/partners-international-partenaires.aspx?lang=eng>. Consultado em 22 de junho de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2016a). “2016 Arctic Survey”. Disponível em: <http://www.science.gc.ca/default.asp?lang=En&n=0DEBF752-1>. Consultado em 22 de setembro de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2016b). “History of Canada”. Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/resources/publications/discover/section-06.asp>. Consultado em 02 de setembro de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2016c). “Defense Policy Review”. Disponível em: <http://dgpaapp.forces.gc.ca/en/defence-policy-review/index.asp>. Consultado em 02 de setembro de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2016). “Immigration and Citizenship”. Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/>. Consultado em 02 de junho de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2010). "Statement on Canada's Arctic Foreign Policy: Exercising: Sovereignty and Promoting Canada's Northern Strategy Abroad". Global affairs. Disponível em: http://www.international.gc.ca/arcticarctique/Arctic_policy-canadapolitique_arctique.aspx?lang=eng. Consultado em 03 de junho de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2009). "Canada's Northern Strategy: Our North, Our Heritage, Our Future". Canadian Government. Minister of Public Works and Government Services: Ottawa, July 2009. Disponível em: <http://www.northernstrategy.gc.ca/cns/cns-eng.asp>. Consultado em 02 de junho de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2008). "National Defence, Canada First Defence Strategy". Department of National Defence. Disponível em: <http://www.forces.gc.ca/en/about/canada-first-defence-strategy.page>. Consultado em 02 de junho de 2016.

GOVERNMENT OF CANADA (2000). "The Northern Dimension of Canada's Foreign Policy". Disponível em: <http://dfaitaeci.canadiana.ca/view/ooe.b3651149E/21?r=0&s=1>. Consultado em 09 de março de 2016.

GRID ARENDAL (2016). "Population distribution in the circumpolar Arctic, by country (including indigenous population)". Disponível em: http://www.grida.no/graphicslib/detail/population-distribution-in-the-circumpolar-arctic-by-country-including-indigenous-population_1282. Consultado em 20 de março de 2016.

GRID ARENDAL (2012). "GRID-Arendal Population distribution in the circumpolar Arctic, by country (including indigenous population)". Disponível em: http://www.grida.no/graphicslib/detail/population-distribution-in-the-circumpolar-arctic-by-country-including-indigenous-population_9ad0. Consultado em 05 de junho de 2016.

ILPA (2008). "Consolidation of Inuit Language Protection Act". Disponível em: <http://www.gov.nu.ca/sites/default/files/gnjustice2/justicedocuments/Consolidated%20Law/Current/6351994856092187501283713084consSNu2008c17.pdf>. Consultado em 02 de setembro de 2016.

ILULISSAT DECLARATION (2008). "Ilulissat Declaration". Disponível em: http://www.oceanlaw.org/downloads/arctic/Ilulissat_Declaration.pdf. Consultado em 20 de fevereiro de 2016.

ISSD (2016). "Climate Change Policy & Practice". Disponível em: <http://climate-l.iisd.org/news/canada-us-mexico-forge-north-american-climate-clean-energy-and-environment-partnership/>. Consultado em 01 de julho de 2016.

ITK (2012). "Inuit Regions of Canada". Disponível em: <https://www.itk.ca/about-inuit/inuit-regions-canada>. Consultado em 01 de julho de 2016.

KONYSHEV, VALERY NIKOLAYEVICH E SERGUNIN, ALEXANDER ANATOLIEVICH (2012). “The strategy of Canada in the Arctic and Russia: is it possible to find mutual understanding?” Disponível em: http://www.narfu.ru/en/research/journals/ann/article_index_years.php?ELEMENT_ID=48695. Consultado em 05 de junho de 2016.

MYCHAJLYSZYN, NATALIE (2008). “The Arctic: Canadian Security and Defence”. International Affairs”. Trade and Finance Division. Disponível em: http://www.lop.parl.gc.ca/content/lop/researchpublications/prb0813_e.htm. Consultado em 02 de junho de 2016.

NATO (2015) “The High North: Challenges and Opportunities Draft Report”. - Osman Askin BAK (Turkey), Rapporteur - 065 STCEES 15 E. Disponível em: <http://www.natopa.int/default.asp?SHORTCUT=3788>. Consultado em 20 de Abril de 2016.

NORDREGIO (2016). “Nordic Centre for Spatial Development”. Disponível em: <http://www.nordregio.se/en/Maps/>. Consultado em 13 de junho de 2016.

NORDREGIO (2011). “Maps”. Disponível em: <http://www.nordregio.se/Templates/NordRegio/Pages/MapPage.aspx?id=717&epslanguage=en>. Consultado em 02 de junho de 2016.

ROBERTSON, C. (2015). “What conflict zones will flare in 2015?” The Globe and Mail Tuesday, Jan. 06 2015. Disponível em: <http://www.colinrobertson.ca/>. Consultado em 6 de janeiro de 2016.

RUSTRANS (2016). “Russia's National Security Strategy to 2020”. Disponível em: <http://rustrans.wikidot.com/russia-s-national-security-strategy-to-2020>. Consultado em 20 fevereiro 2016.

SPIEGEL ONLINE INTERNATIONAL (2015). “The Race for the Arctic”. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/business/bild-741820-134626.html>. Consultado em 15 de outubro de 2015.

STATISTICS CANADA (2016). “Population estimates, Canada, 2015”. Disponível em: <http://www.statcan.gc.ca/pub/11-627-m/index-eng.htm>. Consultado em 13 de junho de 2016.

UN (1982). “Oceans and Law of the Sea”. Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea. United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982. Disponível em: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/UNCLOS-TOC.htm. Consultado em 02 de Fevereiro de 2016.